



Teresa de Almeida Braga Rossi

**CONFIGURAÇÕES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO
SOBRE A DITADURA ARGENTINA (1976-1983):
análises das narrativas do período kirchnerista (2003-2015) a partir
do *Sítio de Memoria ESMA* e do *Museo del Bicentenario***

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como
requisito parcial para obtenção do título de bacharel em História.

Orientadora: Maria Elisa de Sá

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2016

Eu gostaria de dedicar esse texto à memória do meu pai, José Arnaldo Rossi: um militante comunista armado com palavras que resistiu como pode à ditadura militar brasileira e terminou desiludido com as formas, mas nunca com os valores da sua utopia.

Gostaria também de agradecer à Professora Maria Elisa de Sá pelas orientações e pela recomendação da leitura de Beatriz Sarlo ainda no terceiro período da faculdade; ao Professor Diego Galeano que depois de uma conversa instigante tornou-se o revisor crítico ideal para essa pesquisa; à minha grande amiga Fabricia pela revisão e pelos acalorados debates sobre o tema; e ao meu namorado Ignacio pela companhia nas visitas realizadas durante o trabalho de campo.

Resumo:

A presente pesquisa pretende fazer uma análise das políticas e discursos de memória sobre a última ditadura militar argentina (1976-1983) elaborados durante o período dos Governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015). Tal análise é ancorada em uma “leitura” crítica das narrativas históricas sustentadas pelas curadorias de dois museus inaugurados pela então presidente Cristina: o *Sitio de Memoria ESMA* construído no antigo centro de detenção clandestino mais simbólico da repressão ditatorial e o *Museo del Bicentenario* construído em homenagem aos duzentos anos da República Argentina mas que dedica a maior parte de sua exposição à história recente. O debate conceitual sobre memória e história é recuperado para possibilitar a compreensão dos dois “lugares de memória” escolhidos para o trabalho de campo como locais híbridos que são constituídos a partir da dialética entre ambas operações. Também é oferecido um panorama geral das transformações na configuração da memória e do esquecimento sobre a ditadura desde a redemocratização para contextualizar os discursos atualmente dominantes no espaço público. Estes discursos de memória são em grande parte conformados pelo movimento kirchnerista que até 2015 possuía todos os recursos do Estado para difundir uma narrativa histórica oficial. Porém, algumas medidas tomadas pelo recém-eleito Presidente Mauricio Macri, como o próprio fechamento do Museu do Bicentenário analisado nesta pesquisa, já indicam que essa configuração da memória está prestes a sofrer um outro ciclo de alterações.

Palavras-chave: história, memória, esquecimento, kirchnerismo, ditadura militar, “lugares de memória”, narrativa, representação

Resumen:

La presente investigación tiene el objetivo de analizar las políticas y discursos de memoria acerca de la última dictadura militar argentina (1976-1983) elaborados en el período de los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner (2003-2015). Este análisis es fundamentado en una “lectura” crítica de las curadurías de dos museos inaugurados por la entonces presidente Cristina: el Sitio de Memoria ESMA construido en el antiguo centro de detención clandestino más simbólico de la represión dictatorial y el Museo del Bicentenario construido en ocasión de la celebración de los doscientos años de la República Argentina pero que centra la mayoría de su exposición en la historia reciente. El debate conceptual sobre historia y memoria es recuperado para posibilitar la comprensión de los dos “sitios de memoria” elegidos para el trabajo de campo como locales híbridos que son constituidos por la dialéctica entre esas dos operaciones. También es ofrecido un panorama general de las transformaciones en la configuración de la memoria y del olvido acerca de la dictadura desde la redemocratización para contextualizar los discursos actualmente dominantes en el espacio público. Estos discursos de memoria son en gran parte conformados por el movimiento kirchnerista que hasta 2015 poseía todos los recursos del Estado para difundir una narrativa histórica oficial. Sin embargo, algunas medidas del nuevo Presidente Mauricio Macri, como el cerramiento del Museo del Bicentenario analizado por esa investigación, ya demuestran que esa configuración de la memoria está a punto de sufrir otro ciclo de cambios.

Palabras-clave: historia, memoria, olvido, kirchnerismo, dictadura militar, “sitios de memoria”, narrativa, representación

Sumário

1. Introdução	7
2. Um quadro teórico possível para pensar as representações construídas pela memória e pela história	11
2.1. História e memória.....	12
2.2. Da história-memória à memória historicizada: transformações da cultura da memória na pós-modernidade.....	14
2.3. Os lugares de memória	16
2.4. A guinada subjetiva da memória e da história.....	20
2.5. Formas narrativas da memória e da história acadêmica	22
2.6. Memória e esquecimento.....	27
3. O processo de construção da memória sobre a ditadura e a sua dialética com o esquecimento na Argentina.....	30
3.1. <i>A mémoire manipulée</i> e a condenação do terrorismo de Estado: memórias do <i>Nunca Más</i>	31
3.2. <i>O oubli commandé</i> e o fortalecimento da demanda social por memória: novas formas de lembrar e romper o silêncio	36
3.3. Uma reconfiguração da memória e do esquecimento: memórias de militância.....	39
4. Uma análise das narrativas do movimento kirchnerista sobre a ditadura e o processo de redemocratização a partir das curadorias do <i>Sítio de Memoria ESMA</i> e do Museu do Bicentenário	47
4.1. Institucionalização da memória reconfigurada: as políticas dos governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003–2015).....	48
4.2. Procedimentos do trabalho de campo e orientações metodológicas para análises de lugares de memória e museus históricos.....	51
4.3. Uma leitura da curadoria do lugar de memória no antigo centro clandestino de detenção ESMA.....	56
4.4. Narrativas históricas e produção de conteúdos audiovisuais no <i>Museo del Bicentenario</i>	65
5. Conclusões	80
6. Referências Bibliográficas.....	84

1. Introdução

Em janeiro de 2016, a posse do conservador Mauricio Macri (do partido PRO) como Presidente argentino marcou o fim de um ciclo de doze anos dos governos subsequentes de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), integrantes do Partido Justicialista associado ao líder histórico Juan Domingo Perón (1945-1955, 1973-1974). Em seu discurso na vitória eleitoral alguns meses antes, que obteve com uma margem pequena em relação ao candidato apoiado pela ex-presidente, Macri anunciou: “hoje é um dia histórico, uma mudança de época”. Esta referência ao fim de um ciclo se deve à representação das políticas dos Governos de Néstor e Cristina Kirchner – no discurso do próprio movimento – como uma gestão coesa e marcada por continuidades, entre outros campos, nas medidas econômicas protecionistas, na diplomacia voltada para a integração regional, na aliança com movimentos sociais e grupos de militância e na implementação de políticas de memória em sobre a última ditadura militar (1976-1983).

Tradicionalmente, a caracterização de Governos no debate político argentino é feita através da operação semântica que acrescenta o sufixo *-ismo* aos sobrenomes dos Chefes de Estado, representando-os como correntes ou movimentos. Neste sentido, refere-se ao *peronismo* de Perón, ao *menemismo* de Menem, ao *kirchnerismo* de Néstor e Cristina Kirchner e até ao *macrismo* de Macri, que, apesar de recente, representa uma mudança de orientação política relevante aludida em seu discurso. Sendo assim, a presente pesquisa empregará os termos "kirchnerismo" ou "kirchnerista" para designar o período dos Governos Kirchner, suas políticas públicas e o movimento de militância que os sustentou e ainda os apoia. O foco das análises que serão desenvolvidas adiante, porém, não é o *kirchnerismo* em sua complexidade e amplitude, que envolveria tratar de todos os campos e mecanismos de atuação destes Governos. Porém, o recorte adotado pela pesquisa, que visa estudar as "políticas de memória" kirchneristas, permite analisar um aspecto essencial deste movimento, que permeia ambas as gestões a que se refere.

Sem excluir possíveis definições mais amplas, esta pesquisa tratará como "políticas de memória" as medidas governamentais que visam moldar como as experiências coletivas históricas são representadas e difundidas numa determinada

sociedade, frequentemente envolvendo disputas entre diferentes grupos sociais e suas visões sobre essas vivências. Neste sentido, a presente pesquisa analisará as formas como essas políticas contribuíram para transformar a "configuração da memória e do esquecimento" vigente na sociedade argentina. Essa noção de "configuração da memória" foi extraída principalmente do trabalho de Huyssen (2014) como referência às possibilidades e limites colocados pelo debate público em relação ao que deve ser lembrado e esquecido, como as experiências são representadas nos discursos de memória que circulam e quais necessidades do presente pautam essas reconstruções.

Olhando para o caso argentino, que envolve um passado traumático, esse trabalho escolheu privilegiar dois tipos de políticas de memória, dentre as muitas outras existentes: as de ordem jurídica e principalmente as de ordem cultural. Ao definir os contornos de seu objeto de estudo, Huyssen (2014, p. 159) também delimita o objeto da presente pesquisa afirmando: “sempre me interessei pela política de memória em relação ao que Jan Assmann chamou de memória cultural: a memória encarnada em artefatos como a ficção, o teatro, o cinema, porém também em monumentos, na escultura, na pintura e na arquitetura”. Nesse sentido, optou-se por ancorar as análises aqui desenvolvidas em dois lugares que representam políticas de memória culturais do governo de Cristina Kirchner: o *Sitio de Memoria ESMA* e o *Museo del Bicentenario*. Esses museus publicitam e compõem uma narrativa histórica mais ampla elaborada e difundida pelo movimento kirchnerista a respeito não apenas do período ditatorial mas de toda a história republicana argentina, como fica evidente no Museu do Bicentenário. Foi através da sua inserção discursiva no processo histórico nacional que os Governos Kirchner buscaram obter legitimidade, apresentando-se como herdeiros da tradição peronista e da militância dos anos 1970 que lutou contra a ditadura.

Entre o desenho e a realização desta pesquisa, a centralidade das políticas de memória e as disputas que elas pressupõem foram reforçadas por duas medidas do recém-eleito Governo Macri: a publicação de uma nova edição da principal referência documental do fim da ditadura militar – o *Nunca Más* – e o fechamento do Museu do Bicentenário, dedicado à história republicana argentina e cobrindo o período de 1810 a 2010. No primeiro episódio citado, a "nova" publicação do *Nunca Más*, que o apresenta em sua versão original, representou uma substituição da versão editada no 30º aniversário do golpe pelo Governo Néstor Kirchner, no

qual o prefácio do documento havia sido alterado. No segundo momento, o fechamento para reformas do Museu do Bicentenário demonstra o quanto a antiga curadoria estava pautada por uma narrativa histórica conformada pelo movimento kirchnerista e que entra em conflito com o que convêm ao Governo Macri expor em um museu como esse. Ambos os episódios serão analisados adiante no presente trabalho, de acordo com as suas respectivas relevâncias e impactos para as análises desenvolvidas.

Em termos do percurso de pesquisa, a mudança de governo na Argentina significou que o objeto de análise – as políticas de memória e as narrativas históricas kirchneristas – seria tratado fora de seu contexto criador. O interesse pelo tema foi despertado ainda durante o Governo Cristina Kirchner e acirrado pela vivência da pesquisadora como aluna de intercâmbio em Buenos Aires em 2012 e suas visitas subsequentes à Argentina, nas quais visitou diversos lugares que serão tratados pela pesquisa, como a antiga Escola Superior Mecânica da Armada (ou "ex-ESMA"), que havia funcionado clandestinamente durante a ditadura como centro de detenção e tortura, o Museu do Bicentenário, o Parque da Memória, o Centro Cultural Néstor Kirchner entre outros. No entanto, a ideia de ancorar as análises mais gerais sobre as políticas e discursos de memória kirchneristas nas curadorias de museus específicos surgiu com a inauguração do *Sitio de Memoria* na antiga ESMA em 2015. Em seguida optou-se por combinar a análise desse lugar de memória com a de um museu histórico tradicional para comparar as narrativas e visões do passado que são elaboradas nestes diferentes tipos de museu. O Museu do Bicentenário foi escolhido por ser o que mais claramente representa uma narrativa histórica conformada pelo movimento kirchnerista que busca abarcar toda a história republicana argentina.

Sendo assim, os resultados desta pesquisa serão apresentados em quatro capítulos que seguem esta Introdução: um capítulo teórico, que apresenta as relações entre história, memória e esquecimento; um capítulo de contextualização histórica, que discute o processo de construção da memória sobre a ditadura na Argentina deste a redemocratização até os dias de hoje e; um capítulo que analisa a atual configuração da memória e do esquecimento, conformada pelo movimento kirchnerista, através da leitura das curadorias do *Sitio de Memoria ESMA* e do Museu do Bicentenário. Por fim, as conclusões buscam destacar elementos que estão presentes em ambas curadorias e permitem delimitar algumas características

centrais das narrativas elaboradas pelo movimento kirchnerista a respeito da última ditadura argentina e do processo de redemocratização.

2. Um quadro teórico possível para pensar as representações construídas pela memória e pela história

O papel do capítulo teórico desta pesquisa é apresentar os conceitos e referencial bibliográfico que serão trabalhados na análise das políticas e discursos de memória sobre a última ditadura militar na Argentina. Dentre outros lidos com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre o tema, foram selecionados quatro autores que são particularmente relevantes para os propósitos desta pesquisa e cujas obras serão examinadas em maior profundidade: Pierre Nora (1993 [1984]), Andreas Huyssen (2003 e 2014), Beatriz Sarlo (2007) e Hugo Vezzetti (2002). Todos esses escritores dialogam entre si no plano do debate teórico sobre a relação entre história e memória, que será apresentado logo na seção 2.1. Nora foi um pioneiro dos estudos sobre memória no campo historiográfico e a sua obra é composta por alguns poucos livros que se tornaram clássicos e foram lidos por Huyssen, Sarlo e Vezzetti. Esses últimos três dialogam também em suas análises sobre o processo histórico de conformação da memória no caso específico da Argentina contemporânea.

Partindo do mapa teórico oferecido por Nora, a seção 2.2 aborda o processo de separação entre história e memória e de incorporação da última pela primeira, buscando delimitar algumas características da cultura da memória contemporânea. É nessa conjuntura cultural que surgem o que ele chama de “lugares de memória”, conceito que será analisado na seção 2.3 a partir do debate entre Nora e Huyssen. Essa concepção é um dos eixos fundamentais da presente pesquisa porque o Capítulo 4 levantará outras questões de ordem mais metodológica sobre a curadoria de “lugares de memória” para analisar a estrutura e as narrativas construídas no *Sitio de Memoria ESMA*. Sarlo e Vezzetti, que são argentinos, compartilham uma preocupação específica sobre o papel central do testemunho como discurso de memória na reconstituição do passado recente do país e problematizam o processo de “guinada subjetiva da história”, que é tema da subseção 2.4. Seguindo essa lógica de argumentação, o subcapítulo 2.5 traça algumas diferenciações entre as formas narrativas empregadas pela historiografia acadêmica e por essa história que leva a guinada subjetiva ao extremo, perde de vista a necessidade de fazer a crítica do testemunho e meramente reproduz os

discursos de memória que circulam na opinião pública. Todo o arcabouço teórico ligado à essa discussão será recuperado adiante para analisar as formas, conteúdos e efeitos das narrativas presentes no *Sitio de Memoria* e no *Museo Del Bicentenario*. Finalmente, o capítulo termina com a seção 2.6 abordando o debate teórico entre Ricoeur e Huyssen (2003) sobre o esquecimento e a sua relação intrínseca com a memória. As reflexões do último sobre as transformações na configuração da memória e do esquecimento na sociedade argentina servirão como fio condutor das análises desenvolvidas no capítulo 3.

2.1. História e memória

Convém iniciar essa exposição pela diferenciação entre história e memória, dois termos basilares desta pesquisa que, por serem tão presentes no senso comum e estarem frequentemente atrelados, raramente consideramos que precisam ser conceitualizados. Cabe apontar, como já foi dito na Introdução, que essas diferenças são marcadas para oferecer uma chave de compreensão ao leitor – chave esta que também é utilizada pelos autores apresentados nesse trabalho ao traçar as suas próprias linhas de argumentação. Reconhecer que essa delimitação é frutífera para aprimorar as interpretações não quer dizer que ela seja absoluta. As fronteiras entre história e memória são fluidas e existem múltiplas interseções e aproximações possíveis e até inevitáveis entre elas. Feita essa importante ressalva, seguiremos com o nosso objetivo de demarcar os campos que pertencem mais propriamente a cada uma.

Ambas a história e a memória são operações que empregamos em relação ao passado, mas elas possuem dinâmicas e ênfases distintas que resultam na construção de narrativas muito diferentes sobre os acontecimentos. A história é um procedimento epistemológico que reconhece os limites das representações que constrói e busca a sua legitimidade, mesmo que parcial, em critérios metodológicos. Tomando as fontes primárias como indícios, o método historiográfico busca construir uma representação, dentre as muitas possíveis, de um passado que é colocado à distância e percebido como uma conjuntura inserida em um processo histórico multidimensional. Mesmo admitindo que a sua subjetividade não pode ser anulada, o historiador busca despir-se das parcialidades de seu olhar anacrônico e compreender o passado a partir das categorias da época que tem como objeto e não do presente.

Por outro lado, a memória é um procedimento subjetivo e fortemente ligado ao processo de construção de identidade. A lembrança é um ato involuntário no qual o passado irrompe no presente, borrando a distância e as diferenças que existem entre um tempo e outro. Através da sua dimensão afetiva e identitária, a memória cria a percepção de um *continuum* entre passado e presente no qual o primeiro é visto sob a luz do último. A memória não tem historicidade, ela não está inserida no tempo histórico e sim em um plano simbólico. As operações da memória constroem uma representação totalizante do passado e dispensam o reconhecimento dos seus limites porque não estão comprometidas com a complexidade do processo histórico e sim com o imaginário coletivo de um determinado grupo ou sociedade. Na introdução de seu livro sobre “lugares de memória”, Pierre Nora (1993, p. 9) descreve as diferenças entre história e memória da seguinte maneira:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ele está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história uma representação do passado.

Esta citação enfatiza categoricamente algumas oposições entre história e memória que precisam ser relativizadas, mas o contraste estabelecido continua sendo útil para compreender melhor as dinâmicas por trás de cada operação. Tanto a história quanto a memória elaboram as suas narrativas partindo do momento presente, mas a historiografia faz uma crítica interna das parciaisidades que podem derivar de um olhar anacrônico ou da influência de grupos políticos atuais que têm interesse na divulgação de uma determinada interpretação dos fatos. O historiador formula as suas perguntas a partir do presente, mas busca responde-las construindo representações fundamentadas em fontes e categorias do passado. A historiografia é uma operação intelectual feita no presente para reconstituir um passado colocado à distância.

Em contrapartida, a memória é uma irrupção frequentemente involuntária do passado no momento presente, sem passar por nenhum tipo de mediação crítica. Como tal, ela é consideravelmente menos consciente da influência que as necessidades do presente exercem sobre as representações que constrói. Seguindo

essa argumentação, Nora (1993) afirma que a memória, por estar sempre aberta à dialética¹ da lembrança e do esquecimento, é mais vulnerável aos usos e manipulações que se podem fazer dela para satisfazer os interesses atuais. A história também não está livre de ser instrumentalizada para cumprir objetivos do presente, mas a historiografia acadêmica tem autonomia para escolher seus próprios objetos e métodos sem precisar produzir pesquisas que legitimam o Estado ou que reproduzem os sentidos comuns da opinião pública.

Enquanto ciência humana, as representações construídas pela história são inevitavelmente atravessadas pela subjetividade do historiador, mas os critérios metodológicos da disciplina fazem com que ele necessariamente tenha que buscar a objetividade e o embasamento em fontes como indícios empíricos que sustentem as suas hipóteses. Já a memória é uma operação essencialmente subjetiva porque está relacionada acima de tudo à consolidação de um princípio de identidade. A dinâmica de formação da lembrança não é balizada por um método epistemológico nem limitada por um conjunto de critérios objetivos. Veremos na subseção 2.5 que a memória tende a elaborar narrativas lineares seguindo lógicas de causalidade unidimensionais que acabam projetando uma imagem total do passado no momento presente. Em contraponto, a historiografia não trabalha com a noção de uma “Verdade” absoluta e reconhece que as suas representações do passado serão sempre incompletas e incapazes de abarcar todas as múltiplas causas e dimensões dos acontecimentos.

2.2. Da história-memória à memória historicizada: transformações da cultura da memória na pós-modernidade

Em sua obra, Nora (1993) também descreve o processo gradual de distanciamento entre história e memória, que por muito tempo haviam sido uma unidade simbiótica. Até meados do século XIX, a memória era uma operação espontânea vivida como prática social através da repetição constante de hábitos e rituais do passado. O presente e o futuro eram percebidos como uma continuidade em relação ao passado e poderiam ser compreendidos segundo os mesmos paradigmas. No final do século XIX, processos como a industrialização e a mundialização provocaram uma “aceleração da história” (Nora, *Op. cit.*, p. 7) e as

¹ O termo “dialética”, que voltará a aparecer nesse trabalho, é entendido como a relação entre duas forças ou ideias antagônicas que produzem uma nova síntese através do intercâmbio e da influência mútua.

mudanças em relação ao passado começaram a ser mais evidentes que as permanências. Essa aceleração do tempo suscitou uma sensação de ruptura irremediável com um passado percebido como radicalmente distinto do presente, e logo significou o fim da memória contida na repetição de práticas sociais.

Com o fim da memória espontânea, surgiu o paradigma que Nora (1993) chama de “história-memória”, baseado na simbiose entre estas e a nação. Ao separar-se e, ao mesmo tempo, apropriar-se da memória, a história se secularizou mas manteve a dimensão do sagrado, que é própria da memória, no âmbito do nacionalismo. Porém, na metade do século XX, outras transformações moldaram uma nova configuração das relações entre memória e história. A ideia homogeneizante de nação, concebida no século XIX, foi substituída nesse momento pela concepção mais plural de uma sociedade constituída por grupos diversos que reivindicam trajetórias diferentes. O início dos estudos sobre historiografia também promoveram uma crítica da submissão da história aos interesses do Estado-nação e às parcialidades subjetivas da memória. Segundo Nora (*Op. cit.*), esses fatores provocaram o fim da simbiose entre história, memória e nação.

Descrita essa breve história da memória, Nora (1993) apresenta o seu diagnóstico da cultura da memória na contemporaneidade – diagnóstico esse que serviu de base para as reflexões de todos os autores que trabalharemos com mais profundidade nessa pesquisa: Andreas Huyssen (2003), Beatriz Sarlo (2007) e Hugo Vezzetti (2002). Nora (*Op. cit.*, p. 18) aponta três aspectos principais da metamorfose da memória na pós-modernidade: a memória como distância, a memória como dever e a memória como arquivo. O que chamamos de “memória” hoje não é mais a memória espontânea nem a história-memória da nação, mas uma memória que já foi completamente historicizada.

Ao contrário das duas configurações anteriores, que tentavam representar o passado como ainda sendo presente, a memória historicizada representa o passado como radicalmente diferente e distante. Neste paradigma, a memória deixou de ser uma prática social espontânea e passou a ser percebida como um dever individual de cada em buscar o seu passado, que parecia crescentemente irrecuperável. Preocupadas com a ameaça de “perder a memória” – que antes do século XX seria considerado algo impossível, mesmo que desejada – as

sociedades contemporâneas desesperadamente buscaram arquivar e documentar todo e qualquer vestígio do passado. Beatriz Sarlo (2007, p.11) afirma, descrevendo este processo, que:

As últimas décadas deram a impressão de que o império do passado se enfraquecia diante do “instante” (os lugares comuns sobre a pós-modernidade, com suas operações de “apagamento”, repicam o luto ou celebram a dissolução do passado); no entanto, também foram as décadas da museificação, da *heritage*, do passado-espetáculo, das aldeias de Potemkin, e dos *theme-parks* históricos; daquilo que Ralph Samuel chamou de “mania preservacionista”; do surpreendente renascer do romance histórico, dos best-sellers e filmes que visitam desde Tróia até o século XIX, das histórias da vida privada, por vezes indiferenciáveis do costumbrismo, da reciclagem de estilos, tudo isso que Nietzsche chamou, irritado, de história dos antiquários. “As sociedades ocidentais estão vivendo uma era de auto-arqueologização”, escreveu Charles Maier.

Na citação acima, percebemos que há um amplo consenso em relação a esse diagnóstico da cultura da memória na pós-modernidade e, como já foi dito, todos os autores que serão trabalhados aqui fazem parte desse consenso. Há um paradoxo aparente na existência de um excesso de memória produzido por sociedades que enfatizam fortemente a importância do presente em detrimento do passado. Esse paradoxo passa a ser mais compreensível quando admitimos que a memória é uma operação ancorada no primeiro tempo e não no último. O “império do passado” denunciado por Sarlo (2007) é o historicismo do século XIX, que Nora (1993) descreve como um período de simbiose entre história, memória e nação. Para a autora, essa nova cultura arquivística da memória é um *neohistoricismo*. Novamente os documentos e outras fontes primárias passam a ser vistos como detentores da verdade sobre o passado, e as operações críticas e intelectuais do historiador são consideradas menos importantes do que a capacidade de acumular o maior número desses vestígios possível.

2.3. Os lugares de memória

Com o fim da memória intrínseca a rituais e práticas sociais, surgiu uma crescente necessidade de materializar essa memória perdida cristalizando-a em “lugares de memória”. Como afirma Nora (1993, p. 8), “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Esse movimento pode ser exemplificado observando as transformações do conceito de “patrimônio” na França. Nos principais dicionários de 1970, a palavra significava apenas um bem material que vem do pai ou da mãe, e em 1980 já designava o

“patrimônio cultural” de um país. Outra transformação relevante na concepção de patrimônio é que ela antes era restrita apenas aos monumentos históricos por causa da importância atribuída a estes pela história-memória nacional. Depois da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada pela UNESCO em 1972, a concepção de patrimônio foi ampliada e passou a dar mais ênfase aos sítios históricos que, na perspectiva de Andreas Huyssen (2003), podem ser compreendidos como lugares de memória projetados em um “campo expandido” [*expanded field*]. Primeiramente será analisado o conceito de “lugares de memória” de Nora (1993), e em seguida serão consideradas algumas críticas e apropriações que Huyssen (2003) faz desse conceito.(1993)

Nora (1993, p. 21) afirma que os lugares de memória devem ser efetiva e simultaneamente lugares nas três dimensões da palavra: material, simbólica e funcional. Eles podem assumir as mais diversas formas: bibliotecas, dicionários, museus, datas comemorativas, monumentos, arquivos, associações, lugares de acontecimentos etc., mas é necessário que tenham uma dimensão física e uma existência concreta. Esses lugares também são necessariamente simbólicos porque representam uma experiência vivida por um grupo e considerada determinante na constituição da sua identidade. Por fim, tais lugares possuem uma dimensão funcional porque possibilitam a cristalização e a transmissão da memória. Mesmo que em graus diferentes, os “lugares de memória” precisam exercer simultaneamente estas três dimensões. O autor ilustra da seguinte forma (Nora, *Op. cit.*, p. 21-22):

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o reveste de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se foi objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para dar uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.

Os “lugares de memória” são constituídos através de um jogo permanente entre a memória e a história. Ao mesmo tempo em que é necessária a intenção específica de lembrar uma experiência, é só a história, a transformação desses lugares com o tempo, que é capaz de configurá-los como lugares de memória. Nora (1993) oferece o exemplo do calendário revolucionário francês, que atualmente pode ser considerado um lugar de memória mas jamais o seria durante

a Revolução. É importante notar que o duplo pertencimento à história e à memória confere ambiguidade a esses lugares, que o autor descreve como “mistos, híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel” (Nora, *Op. cit.*, p. 22). Ao mesmo tempo que em que são claramente referentes à identidade coletiva que evocam e homenageiam, os “lugares de memória” estão constantemente abertos à interpretações plurais dos seus significados e reações subjetivas diversas às memórias que buscam preservar.

Além destes aspectos centrais dos “lugares de memória”, e enfatizando a multiplicidade e diversidade desses lugares, Nora (1993) propõe que o estudo destes deve ser feito através da compreensão de suas hierarquias, da delimitação de seus campos e escalas e do mapeamento da rede existente de lugares de memória e suas correlações. Esboçando uma tipologia dos lugares de memória – lugares dominantes e dominados, lugares oficiais e populares, lugares de memória puros ou que cumprem mais funções, lugares públicos e privados, etc. – o autor apresenta não unidades categóricas, mas tipos analíticos para apoiar estudos dos diferentes lugares que constituem determinada rede. Assim, caberia ao historiador cultural tornar consciente esta organização inconsciente da memória coletiva se inscreve nestes lugares e é conformada por eles.

Dialogando com as proposições de Nora (1993), Huyssen (2003) buscou aprofundar e expandir a noção de “lugares de memória” a partir de sua formação como crítico de arte e literatura interessado em políticas de memória, e não como um historiador. Por isso, sua análise dos lugares de memória atenta não apenas aos elementos de temporalização e às articulações entre memória e história, mas também aos aspectos materiais da disposição do espaço, padrões estéticos e efeitos provocados no público pelas diferentes linguagens e técnicas artísticas empregadas no lugar. Huyssen (2003) escolhe concentrar suas análises nos lugares de memória projetados em campos expandidos porque está buscando compreender como esses lugares se inserem na malha urbana e a extrapolam, conectando-se à uma rede de comparações transnacionais que serve como arcabouço de um debate global sobre as políticas de memória. Traduzindo as palavras de Huyssen (*Op. cit.*, p. 95-97):

Segundo, eu também gostaria de desenvolver o conceito de Pierre Nora de *lieux de mémoire* [lugares de memória], traduzido como “*realms of memory*” na versão americana. Certamente, os *lieux* de Nora têm uma dimensão temporal e histórica, pois os *lieux de mémoire* surgem só quando a memória coletiva perdeu o seu poder. Por isso, a abordagem de Nora transmite um sentido romântico de perda e melancolia que eu acredito ser contraproducente no caso que me concerne. (...) Mais importante ainda - e esse é o meu segundo ponto de discordância em relação ao trabalho de Nora que, críticas à parte, é muito sugestivo – seu projeto de mneumohistória é fundamentalmente atrelado à ideia de memória nacional, enquanto eu estou precisamente interessado nas formas como dimensões globais se entrecruzam com o nacional ou o local na construção de sítios de memória no mundo contemporâneo. O campo expandido que estou tentando construir envolve o cruzamento de fronteiras não apenas no que remete ao meio artístico (Krauss), mas também em relação à geografias, políticas e os discursos sobre memória traumática propriamente ditos (Nora). Desta maneira, os *lieux de mémoire* hoje funcionam não apenas em um campo expandido, mas em um campo alterado pela globalização.

Assim, o autor coloca duas críticas contundentes ao conceito de *lugares de memória* elaborado por Nora (1993). A primeira decorre do fato de que o último vê esses lugares como redutos cristalizados de uma memória perdida que, fora deles, não tem nenhuma força pulsante na sociedade. Já Huyssen (2003) acredita que essa concepção nostálgica atrapalha a visão desses lugares como palcos de uma disputa política muito mais ampla e sempre atual sobre o que, como e por que lembrar. A segunda crítica é direcionada à centralidade que Nora (*Op. cit.*) conferiu à ideia de nação na obra que coordenou, cujos três tomos são dedicados à análise de lugares que conformam a memória nacional francesa. Huyssen (*Op. cit.*) reconhece que projetos de memória podem construir ou revisar narrativas nacionais, mas eles necessariamente também às colocam em diálogo com outras narrativas locais e globais, e é justamente nesse interstício que ele está interessado.

É importante refletir sobre os diversos sentidos que o termo “campo expandido” possui no trabalho de Huyssen (2003). Primeiro, ele está analisando lugares que são projetados em um campo fisicamente expandido, inseridos na malha urbana, e não outros tipos de lugares de memória contemplados por Nora (1993) como livros e minutos de silêncio. Segundo, esses lugares são analisados utilizando um “campo expandido” de áreas de conhecimento e métodos interdisciplinares que vão da arte e da arquitetura à história e a filosofia. Terceiro, esses lugares são percebidos como integrados a um campo expandido porque fazem parte de uma rede global de intercâmbio de discursos de memória. Pode-se

concluir que, em comparação com a concepção de Nora (*Op. cit.*), os lugares de memória para Huyssen (*Op. cit.*) são mais dinâmicos: transformam-se continuamente na relação com outras narrativas locais e globais, e contribuem para o debate público sobre assuntos de relevância atual como os direitos humanos. Essas colocações de Huyssen (2003) e os demais aspectos do conceito de “lugares de memória” de Nora (1993), serão retomadas mais adiante em suas contribuições específicas à esta pesquisa.

2.4. A guinada subjetiva da memória e da história

Entre os autores analisados, é possível identificar um reconhecimento geral do processo de transformação das narrativas da história influenciado pela adoção de perspectivas mais subjetivas do ocorrido. No entanto, pode-se considerar, com base nas análises de Nora (1993), que esta “guinada subjetiva” da história, debatida especialmente no trabalho de Sarlo (2007), foi precedida por uma guinada subjetiva da memória com a transição da história-memória para a memória historicizada e as metamorfoses que esta sofreu na cultura contemporânea.

Abordando questões mais amplas sobre as mudanças ocorridas na memória coletiva, Nora (*Op. cit.*) desenvolve seu conceito de “regime de memória”. Esse conceito é interessante e também está de alguma forma presente nas reflexões de todos os autores trabalhados aqui. O regime de memória engloba a relação desta com a temporalização histórica, com a identidade, com a política e com o esquecimento em uma determinada conjuntura social. No regime contemporâneo, a memória deixou de ser uma prática social e passou a ser um dever individual: o dever que cada um tem de lembrar o seu passado para saber quem é e de onde veio. Como explica Nora (*Op. cit.*, p. 18):

Deslocamento decisivo que se transfere da memória: do histórico para o psicológico, do social ao individual, do transmissivo ao subjetivo, da repetição à rememoração. Inaugura-se um novo regime de memória, questão daqui por diante privada. A psicologização integral da memória contemporânea levou a uma economia singularmente nova da identidade do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado.

Essa “psicologização” conferiu um novo lugar à subjetividade, afetando não apenas as operações de memória mas todas as relações que uma sociedade mantém com o passado e com as formas de representá-lo, inclusive através da

historiografia. A influência da sociologia da cultura e dos estudos culturais provocou uma renovação temática e metodológica no campo histórico, que passou a investigar novos sujeitos e oferecer explicações que tentavam fugir de teorias estruturalistas e totalizantes. Como esses novos sujeitos marginais haviam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, além de muitas vezes estarem ausentes nas fontes materiais tradicionalmente disponíveis ao historiador, seu estudo demandou novas exigências metodológicas que incluíram o recurso à “discursos de memória”: testemunhos orais, diários, cartas etc. A dimensão subjetiva, menosprezada pelos parâmetros epistemológicos do século XIX, começa a adquirir legitimidade e status de verdade a partir da década de 1970.

Por sua vez, Sarlo (2007, p. 18), analisando as características e consequências desta guinada que privilegia o ponto de vista do sujeito, aponta para a crescente valorização do testemunho como principal fonte e da narrativa em primeira pessoa como principal forma da historiografia.

A ideia de entender o passado a partir da sua lógica (uma utopia que moveu a história) emaranha-se com a certeza de que isso, em primeiro lugar, é absolutamente possível, o que ameniza a complexidade do que se deseja reconstituir; e, em segundo lugar, de que isso se alcança quando nos colocamos na perspectiva de um sujeito e reconhecemos que a subjetividade tem um lugar, apresentado com recursos que, em muitos casos, vêm daquilo que, desde meados do século XIX, a literatura experimentou como primeira pessoa do relato e discurso indireto livre: modos de subjetivação do narrado.

Assim, Sarlo (2007) defende que esse novo lugar de autoridade conferido ao sujeito cria uma série de distorções nos modos pelos quais reconstituímos o passado, construindo representações que já não são mais balizadas pelos limites metodológicos da história acadêmica. A experiência em primeira mão passa a ser o critério da verdade, o que faz com que seja possível reconstituir exatamente o que aconteceu através do testemunho de indivíduos que vivenciaram uma determinada situação. O testemunho adquire não apenas o status de verdade, mas de “Verdade” absoluta que explica o ocorrido em sua totalidade e abarca todos os seus sentidos. Essa reconstrução total é incompatível com os parâmetros da historiografia acadêmica, sempre consciente dos limites das representações que cria. O testemunho é um discurso de memória e, diferentemente da utopia que moveu a história, a memória trabalha a partir da lógica do presente.

2.5. Formas narrativas da memória e da história acadêmica

Analisando as diferenças entre história e memória, o processo de distanciamento entre elas e os efeitos do novo papel da dimensão subjetiva na reconstituição do passado, foi possível delimitar até o momento as principais definições e características das operações da memória em comparação às operações da história e seu método historiográfico, faltando entender como essas operações resultam efetivamente em formas diferentes de narrar e representar o passado. Neste sentido, esta análise permitiu identificar que todos os autores aqui trabalhados concordam, em geral, que a história e a memória utilizam modelos e padrões narrativos diferentes para representar o ocorrido. Beatriz Sarlo também participa desse consenso mas ela traça as suas distinções entre as representações construídas pela história acadêmica e pelo que ela chama de “história de grande circulação”. No entanto, é possível fazer uma aproximação entre a sua fala e a dos demais autores porque essa história de grande circulação, para Sarlo, é pautada nas necessidades do presente e nos sentidos comuns da opinião pública, o que faz com que ela seja parecida com as narrativas criadas por discursos de memória.

Sarlo (2007, p. 12) denomina de “visões do passado” as construções que tornam a irrupção deste no presente “compreensível na medida em que seja organizada por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo”. Reconhecendo a existência de diversas “visões de passado” possíveis, a autora desenvolve a discussão sobre as “modalidades reconstitutivas”, que são os modos de reconstrução e representação do ocorrido. Sem tentar exaurir as modalidades existentes, Sarlo (*Op. cit.*) aprofunda sua análise sobre duas: a história acadêmica e a “história de grande circulação”.

Conforme explica a autora, a história acadêmica, com seus compromissos metodológicos, visa compreender o passado através da ótica do próprio passado. Já na história voltada para as massas, que pode também ser divulgada no meio acadêmico mas é sobretudo veiculada através da mídia, está muito mais comprometida com o presente do que com o passado. Ambicionando êxito no mercado simbólico do capitalismo, a história de grande circulação reproduz os sentidos e lugares comuns para agradar ao maior número possível de consumidores. Sarlo (*Op. cit.*, p. 13) ressalta que “isso não a torna pura e simplesmente falsa,

mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite”.

A modalidade acadêmica tem consciência dos seus limites e da impossibilidade de reproduzir a “Verdade”, buscando uma representação aceitável do passado ancorada na triangulação de fontes e pontos de vista. Na construção de suas narrativas, a historiografia tenta evitar a linearidade, a teleologia, as relações unidimensionais de causa e efeito e as analogias simplistas entre diferentes contextos. Mesmo com o movimento de “retorno da narrativa”² que surgiu a partir da década de 1970, a história acadêmica não perdeu de vista os seus compromissos e exigências metodológicas como, por exemplo, embasar os argumentos apresentados em fontes diversas, representar um contexto histórico multifacetado, considerar a complexidade dos processos no tempo, evitar anacronismos e julgamentos de valor, entre outras.

A representação historiográfica do passado busca, geralmente, incluir mais de uma narrativa sobre o ocorrido e sua análise parte justamente da comparação e justaposição de diferentes narrativas a respeito de um mesmo objeto. Mesmo em trabalhos mais recentes que acompanham trajetórias individuais, o historiador acadêmico se esforça para inseri-las em seus contextos históricos, consciente de que é uma análise da perspectiva de um sujeito com lugar de fala definido, e não da “Verdade” sobre os fatos que este testemunhou. O enfoque acadêmico enfatiza os processos de mudança e as especificidades em detrimento das imagens estanques ou das categorias. Explicações totalizantes são vistas com desconfiança porque a historiografia é consciente de que nenhuma narrativa única é capaz de abarcar a enorme diversidade e complexidade dos processos históricos.

Em contrapartida, Sarlo (2007, p. 14) descreve a segunda modalidade reconstitutiva da seguinte maneira:

Essa história de massas de impacto público recorre a uma mesma fórmula explicativa, a um princípio teleológico que garante origem e causalidade, aplicável a todos os fragmentos de passado, independentemente da pertinência que demonstre com cada um deles em concreto. Um princípio organizador exerce sua soberania sobre acontecimentos que a história acadêmica considera influenciados por princípios múltiplos. Essa redução do campo das hipóteses sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica. Não só a história de massas recorre ao relato, como

² A idéia de “retorno da narrativa” nasceu com o historiador Lawrence Stone, em seu polêmico artigo *The revival of narrative* (STONE, 1991, p. 13-46), publicado em 1979.

não pode prescindir dele (à diferença do abandono frequente e deliberado do relato na história acadêmica); portanto, impõe unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma “linha do tempo” consolidada em seus nós e desenlaces.

A partir dessa citação, percebe-se que a história acadêmica e a história de grande circulação, que consideramos estar mais próxima das operações da memória coletiva, constroem narrativas de naturezas bastante diferentes. Ao contrário da primeira modalidade, a história de grande circulação, ambicionando o maior impacto sobre o público, constrói uma narrativa linear e teleológica, na qual os acontecimentos se encadeiam perfeitamente em uma lógica da causalidade unidimensional e o processo histórico parece caminhar em direção a um rumo pré-definido. Essa narrativa única só pode ser elaborada a partir da exclusão de todos os acontecimentos que não sejam coerentes com a explicação oferecida. Por exemplo, a história da formação do Estado-nação nega qualquer relevância de movimentos localistas ou separatistas, assim como a história da luta de classes ignora as formas de solidariedade que podem surgir entre elas e as determinantes históricas que não sejam de ordem materialista.

Como diferencial entre as modalidades reconstitutivas que analisa, Sarlo (2007) utiliza a noção de “relato” como um tipo de narrativa breve, simples e próxima do gênero fictício ou uma narrativa “romancizada”. A historiografia acadêmica pode dedicar-se a fazer uma análise do relato ou do romance como fontes e dispositivos culturais, mas ao fazê-lo ela não adota e incorpora as suas estruturas narrativas. A linearidade, a explicação totalizante e o emprego do relato são características das narrativas construídas pela história de grande circulação orientadas justamente para aumentar o seu apelo e impacto públicos. Ao contrário da historiografia acadêmica que levanta hipóteses, ela produz certezas e garante um sentido único, o que tranquiliza a maioria das pessoas e cria consensos necessários para sustentar uma ação política.

Mesmo seguindo outro enfoque em seu trabalho, a análise de Nora (1993) sobre os efeitos produzidos por esse tipo de narrativa “romancizada” chega às conclusões parecidas com as de Sarlo (2007). Ao analisar as metamorfoses contemporâneas da memória, caracterizadas pela tríade memória-dever, memória-arquivo e memória-distância, o autor diagnostica uma sociedade que, justamente por sentir uma perda de conexão absoluta com o seu passado, busca

desesperadamente reconstituí-lo em sua totalidade, na tentativa vã de vivenciá-lo e poder voltar a pertencer a ele. Inseridos no quadro atual da nossa cultura de memória, paradoxalmente deficitária e excessiva ao mesmo tempo, recorreremos à construção de narrativas lineares e representações totalizantes que conferem um sentido único ao passado que pode ser facilmente apreendido no presente. A cultura memorialística contemporânea promove o emprego de modelos narrativos que constroem representações simplistas e frequentemente equivocadas do passado. Na citação abaixo, Nora (*Op. cit.*, p. 20) coincide com Sarlo (*Op. cit.*) na sua crítica às visões do passado criadas a partir da memória ou de uma historiografia baseada unicamente no relato, no testemunho e na perspectiva subjetiva.

A representação exclui o afresco, o fragmento, o quadro de conjunto: ela procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas. Memória intensamente retiniana e poderosamente televisual. Como não fazer a ligação, por exemplo, entre o famoso “retorno da narrativa” que pudemos notar nas mais recentes maneiras de se escrever a história e o poder total da imagem e do cinema na cultura contemporânea?

Neste sentido, ambos os autores apontam para o fato de que essas representações são construídas a partir da exclusão de todos os elementos que destoam ou contradizem a lógica escolhida como fio condutor da narrativa linear. Assim, a diversidade do processo histórico, desse complexo “quadro de conjunto”, é representada como uma unidade coesa que pode ser apreendida de forma total. Tanto a historiografia do “retorno da narrativa” – que Huyssen (2014, p. 172) vai chamar de “historiografia da proximidade” por assumir uma perspectiva próxima à do sujeito – quanto a televisão e o cinema têm a capacidade de construir imagens com poder total, ou seja, representações que deslocam completamente o sujeito do presente e o fazem sentir como se tivesse vivido de fato a experiência do passado. Nora (1993), Sarlo (2007) e Huyssen (2003 e 2014) estão preocupados com o papel da mídia na divulgação dessas narrativas da história de grande circulação, que por serem orientadas pelos sentidos comuns atuais acabam traçando analogias históricas falaciosas, ao apagar as diferenças entre passado e presente, e conseqüentemente construindo representações simplistas. No terceiro capítulo voltaremos à essas colocações sobre o uso de recursos midiáticos ao analisar a curadoria do Sítio de Memória Ex-ESMA e do Museo del Bicentenario. Voltaremos também à crítica de Huyssen (2014, p. 172)

sobre a construção dessas “analogias históricas simplistas” entre presente e passado.

Por fim, como um autor que dialoga com Sarlo e é referência de Huysen, o historiador argentino Hugo Vezzetti (2002, p. 191-192), resume as principais ideias expostas nessa seção:

Definitivamente, a própria ideia de *memória coletiva*, na visão de Maurice Halbwachs, dava ênfase ao papel das preocupações atuais, inclusive das *opções* que no presente determinam o que e como recordar. Em algum sentido, pode dizer-se que essa memória é ahistórica uma vez que se admite que o conhecimento histórico aponta para a complexidade de perspectivas, inclusive para a interminável construção de significados do passado. A memória coletiva, em contrapartida, simplifica e tende a ver os acontecimentos a partir de uma perspectiva única que rechaça a ambiguidade e até reduz os acontecimentos a arquétipos fixos. Enquanto a consciência histórica admite a *historicidade* dos acontecimentos, seu caráter passado, a memória tende a situá-los fora do tempo, em um presente continuado, em relação a uma verdade essencial que não passa. E à medida em que se reconhece a relação da memória social com a dimensão da *identidade*, há que se admitir que suas escolhas dependem sobretudo de traços e valores que seriam centrais para a auto-representação de um grupo ou uma comunidade. Em geral, a memória adota formas narrativas e não se refere aos acontecimentos por fora das ideias e ficções que se prolongam na direção do mito; também os testemunhos tendem a inserir-se em relatos construídos e fixos; nessa formação, representações do passado ficam necessariamente estilizadas e simplistas.

Nesse trecho, Vezzetti (2002) explicita sua comparação entre as “formas narrativas” empregadas pela memória coletiva e pela história acadêmica, analisando as diferenças entre as representações que elas constroem. Conforme explicou o autor, a última está preocupada com a historicidade e a reconstrução de um passado inserido na sua dimensão temporal, colocado à distância e compreendido a partir das suas próprias categorias. Em contrapartida, a primeira enfatiza a dimensão da identidade e a auto-representação de um grupo, inserindo-o em um tempo mítico que representa as origens como espelho do presente e não no processo histórico. Na memória coletiva, as diferenças entre passado e presente são apagadas porque a narrativa é pautada em verdades essenciais que não mudam. Assim como Sarlo (2007), Vezzetti (2002) está preocupado com o papel do testemunho na guinada subjetiva da história e acredita que as representações do passado construídas unicamente a partir desse tipo de fonte ficam estilizadas e simplistas. Ambos os autores concordam que muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina pertence a esse estilo.

2.6. Memória e esquecimento

Por fim, dentre os conceitos teóricos centrais para esta pesquisa, a relação entre memória e esquecimento será explorada através do trabalho de Andreas Huyssen (2003 e 2014). Partindo da crítica da fenomenologia do esquecimento oferecida pelo historiador francês Paul Ricoeur (2008), Huyssen (2008, p. 157) desenvolve um debate defendendo que “poderia haver uma ética, e não apenas uma patologia, do esquecimento”. Para o autor, memória e esquecimento não são oposições binárias, mas processos sociais dinâmicos e intrinsicamente ligados. O esquecimento, visto deste ângulo, não deve ser automaticamente condenado, uma vez que é parte indissociável e necessária para a própria conformação da memória. Assim, Huyssen (2014, p. 160) faz uma “defesa histórica do esquecimento público – não num sentido abstrato ou geral, sem dúvida, mas em relação a situações concretas em que o esquecimento público revelou-se constitutivo de um discurso politicamente desejável da memória”.

O autor parte da análise de dois casos nos quais o esquecimento e a memória foram cruciais na transição da ditadura para a democracia: a Argentina depois do terrorismo de Estado e a Alemanha depois do nazismo e da Segunda Guerra. Em ambos os casos, alguma forma de esquecimento foi necessária para a construção de consensos sociais que permitiram a implementação de políticas de memória para lidar coletivamente com os significados dessas experiências traumáticas. No caso alemão, foi necessário esquecer a dolorosa experiência da guerra aérea, dos bombardeios dos Aliados às cidades alemãs nos últimos anos do conflito, para promover uma condenação social e jurídica dos líderes do regime nazista e fazer prevalecer a memória da Shoa. No caso argentino, que será especificamente analisado adiante por essa pesquisa, o esquecimento dos crimes das guerrilhas de esquerda permitiu a criação de um consenso nacional da memória em torno da figura vitimada do desaparecido e da seriedade dos crimes perpetrados pelo terrorismo de Estado, deslegitimando a *teoría de los dos demonios*³. No que diz respeito ao seu debate teórico com Ricoeur sobre o

³ Os dois demônios seriam os grupos terroristas da extrema direita (esquadrões da morte) e o terrorismo da guerrilha de esquerda, que seriam igualmente responsáveis por desencadear o golpe militar. Essa teoria, que teve força no momento logo depois da redemocratização, ignora a ligação comprovada dos esquadrões da morte com os militares e também a assimetria de forças entre um grupo apoiado pelo Estado e outro numericamente insignificante.

esquecimento, Huyssen (2014, p. 158-159) começa sintetizando da seguinte maneira a tipologia oferecida pelo seu interlocutor:

Ricoeur sugere algumas distinções básicas: o esquecimento como *mémoire empêchée* [memória impedida], que está primordialmente relacionado com o inconsciente freudiano e com a compulsão à repetição; segundo, o esquecimento como *mémoire manipulée* [memória manipulada], que tem relação intrínseca com a narratividade, no sentido de que qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de que uma história poderia ser contada de outra maneira; terceiro, o *oubli commandé* [esquecimento obrigatório], ou o esquecimento institucional que prevalece nos casos de anistia.

Huyssen (2014) considera essa tipologia útil e por isso a toma como base, porém escolhe problematizar as duas últimas categorias: *mémoire manipulée* (memória manipulada) e *oubli commande* (esquecimento obrigatório). Para Ricoeur (2008) o esquecimento como *mémoire manipulée*, caracterizado pela mediação da narrativa, decorre necessariamente da má-fé ou da vontade de não saber, seja esta consciente ou não. Já para Huyssen (2014), o esquecimento deliberado pode ser parte de uma política que, em última instância, beneficia a construção de uma memória coletiva e de uma esfera pública democrática. O autor também avalia, em contraposição à Ricoeur (2008), que uma política de *oubli commandé* pode surtir o efeito contrário ao intencionado, aumentando a demanda social por memória ao decretar o esquecimento. Huyssen (2014) utiliza os estudos de caso alemão e argentino para ilustrar situações em que a *mémoire manipulée* e o *oubli commandé* foram na verdade positivos para a consolidação social, cultural e política da memória. Seus argumentos sobre o caso argentino serão desenvolvidos no próximo capítulo, no qual faremos uma breve história do processo de construção das políticas de memória desde a redemocratização para chegar finalmente a uma análise da atual configuração de memória e esquecimento em relação à ditadura, no Capítulo 4.

Em consonância com Huyssen (2014), Sarlo (2007) também argumentou pela superação da oposição antagônica entre memória e esquecimento, adotando o mesmo posicionamento cauteloso para analisar o lugar de autoridade conferido ao testemunho na cultura da memória contemporânea. Já na introdução de seu livro, a autora se antecede a uma crítica que sabe que vai receber por ousar semelhante empreitada. Enfática, Sarlo afirma (*Op. cit.*, p. 21) que:

A questão do passado pode ser pensada de muitos modos e a simples contraposição entre memória completa e esquecimento não é a única possível. Parece-me necessário avançar criticamente além dela, sem dar ouvidos à ameaça de que se examinarmos criticamente os atuais processos de memória estaremos fortalecendo a possibilidade de um esquecimento indesejável. Isso não é verdade.

Nesse trecho, a autora defende que problematizar uma configuração atual da memória e do esquecimento, questionando um determinado modo de reconstituição do passado, não é o mesmo que condenar esse modelo como sendo completamente falacioso, desconsiderando os seus méritos e sobretudo os motivos que o levaram a adotar esses contornos. Por isso, ela inicia seu texto reconhecendo que o testemunho possibilitou a condenação jurídica e moral do terrorismo de Estado, assim como Huyssen (2014) reconhece que a despolitização da figura do desaparecido e o esquecimento dos crimes da guerrilha também foram necessários para o mesmo fim. Ambos autores propõem uma superação da oposição antagônica entre memória e esquecimento, afirmando que analisar criticamente as configurações da primeira não é equivalente a promover o segundo. Neste trabalho buscaremos assumir uma postura semelhante, defendendo que criticar as formas narrativas e apontar os esquecimentos das representações construídas pelos diversos atores sociais e oficiais do movimento kirchnerista sobre a última ditadura militar não é, de forma alguma, retirar o mérito das políticas de memória promovidas na Argentina sob os governos de Nestor e Cristina Kirchner.

3. O processo de construção da memória sobre a ditadura e a sua dialética com o esquecimento na Argentina

A segunda parte desse trabalho tem o objetivo de trabalhar alguns dos conceitos teóricos desenvolvidos até agora no Capítulo 2 em uma reflexão sobre o processo de construção da memória a respeito da última ditadura civil-militar (1976-1983) na Argentina, que é o objeto geral de análise da pesquisa. Para tanto, é necessário remontar brevemente o processo histórico de desenvolvimento das políticas de memória no país desde a redemocratização até os dias atuais, descrevendo as disputas que transformaram as configurações de memória e esquecimento dominantes no espaço público ao longo deste período. Como o objeto específico da pesquisa são as políticas de memória promovidas sob os Governos de Nestor e Cristina Kirchner (2003–2015), este capítulo apresentará os principais elementos históricos de períodos anteriores, embasando a lógica das análises nas reflexões de Vezzetti (2002) e Huyssen (2014) sobre as características e etapas do complexo desenvolvimento da memória coletiva na Argentina do final do século XX. Os argumentos dos autores servirão como fios condutores da narrativa apresentada a seguir e pautarão a “periodização” que norteia a estrutura dos subcapítulos.

Olhando para o contexto argentino a partir do início da década de 1980, marcado pela derrota na Guerra das Malvinas em 1982 e a queda do regime militar em 1983, Vezzetti (2002) analisa o processo histórico de elaboração das políticas de memória segundo dois ciclos que identifica como as “memórias do *Nunca Más*” e as “memórias de militância”. Por sua vez, Huyssen (2014) empreende uma estratégia semelhante na sua análise do caso argentino, destacando dois movimentos importantes que ocorrem neste período: a configuração de uma *mémoire manipulée* que ambicionava promover um discurso de memória socialmente desejável, seguido da implementação de políticas de *oubli commandé* que acabaram fortalecendo as demandas latentes por memória. Assim, ambos autores apresentam periodizações analíticas complementares e narrativas com múltiplos interstícios sobre o desenvolvimento do processo de construção da memória na Argentina.

A primeira configuração da memória que se tornou dominante depois da redemocratização – chamada por Vezzetti (2002) de “memórias do *Nunca Más*” –

é caracterizada por uma condenação jurídica e moral do terrorismo de Estado que Huysen (2014) atribui à conformação de uma *memoire manipulée* que esqueceu as filiações políticas dos *desaparecidos* e os crimes da guerrilha de esquerda. Por isso, esse primeiro ciclo de políticas de memória, que abarca aproximadamente os anos entre 1982 e 1989, será analisado na subseção 3.1.

Já a segunda configuração – chamada por Vezzetti (*Op. cit.*) de “memórias de militância” porque recupera e assume as identidades políticas dos *desaparecidos* – é caracterizada por uma radicalização dos discursos de memória que Huysen (*Op. cit.*) interpreta como uma reação ao *oubli commandé* e à anistia e indultos concedidos pelo novo governo na época. Seguindo a lógica proposta, o subcapítulo 3.2 descreve essas políticas de esquecimento do início da década de 1990 e os mecanismos que a sociedade empregou para resistir à elas, corroborando o argumento de Huysen (*Op. cit.*) sobre o consequente fortalecimento das demandas sociais por memória. Finalmente, a seção 3.3 irá analisar esta configuração de “memória de militâncias” que nasce das lutas contra a anistia e que é pautada por discursos de esquerda espelhados na perspectiva dos militantes da década de 1970. Como ambos autores reconhecem, essa conformação da memória centrada na militância começou a ser elaborada em meados da década de 1990 e é dominante até hoje no debate público. Sendo assim, este capítulo sobre o processo de construção da memória na Argentina terá como desafio construir uma narrativa com base nos argumentos de Huysen (2014) e Vezzetti (2002) que abarque mais de trinta anos de história para oferecer um panorama geral dos antecedentes da atual configuração da memória e do esquecimento no país (2003-2015), que é o tema do Capítulo 4.

3.1. A *mémoire manipulée* e a condenação do terrorismo de Estado: memórias do *Nunca Más*

Em 1977, desde o início da ditadura militar, as Mães da Praça de Maio, movimento das mães dos *desaparecidos*, já organizavam marchas denunciando o sequestro de seus filhos. No entanto, organizações de resistência ao regime só ganharam mais força depois da Guerra das Malvinas, quando uniram-se à lista de vítimas da ditadura milhares de jovens soldados enviados de maneira despreparada para um combate transformado em massacre. Neste momento, o

discurso de defesa dos direitos humanos definitivamente emergiu como vitorioso na sociedade, provocando a queda da ditadura militar em 1983.

Imediatamente após a queda do regime, a eleição democrática do Governo de Raul Alfonsín (do partido Unión Civica Radical – UCR) resultou na criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) e instaurou, sob sua responsabilidade, as investigações sobre os crimes cometidos pela ditadura. Em 1984, a CONADEP publicou os resultados destas últimas em um relatório denominado *Nunca Más*, como apropriação consciente do discurso e lema da memória sobre o Holocausto promovido pelo Estado nazista. Este documento apresenta o registro de depoimentos de sobreviventes, mapeia centros de detenção clandestinos, documenta as práticas de tortura e descreve a estrutura do aparato militar de repressão e extermínio. Os registros produzidos pelas investigações da CONADEP foram utilizados como prova material dos crimes cometidos pelo Estado de exceção no *Juicio a las Juntas* (o julgamento das juntas militares) realizado em 1985, que resultou na condenação e prisão de militares de alto escalão da ditadura. Neste sentido, o processo levado à cabo na Argentina pode ser considerado inédito no contexto da América Latina em termos da força do discurso de reparação centrado nos direitos humanos e sua efetividade por meio do processamento jurídico e condenação de seus ditadores em tribunais nacionais.

Vezzetti (2002) chama essa primeira configuração de “memórias do *Nunca Más*” porque este documento teve uma influência enorme sobre os outros discursos de memória produzidos na época e acabou definindo os contornos da narrativa sobre a ditadura que se tornou dominante no debate público. O *Nunca Más* não é um marco na construção da memória sobre a ditadura apenas porque foi produzido, mas principalmente por causa da sua recepção e das suas repercussões sociais e jurídicas. Para ilustrar a sua abrangência, vale dizer que o informe foi editado e teve ampla divulgação, sendo vendidos mais de 600.000 exemplares, além de que os testemunhos nele contidos integram os livros didáticos e guiam os visitantes pelos museus criados em lugares de memória, principalmente ex-centros de detenção clandestinos. Por isso, se analisado segundo o entendimento de Nora (1993), o *Nunca Más* é, em si, um lugar de memória com dimensões material (o documento físico), simbólica (a

reivindicação da verdade sobre o paradeiro dos *desaparecidos*) e funcional (como instrumento pedagógico e evidência empírica dos crimes cometidos pelos militares).

Como qualquer lugar de memória, o *Nunca Más* é um campo de disputa entre narrativas diferentes e está aberto à interpretações e significações diversas. Um exemplo disto, no contexto que será analisado no Capítulo 3, é a atual controvérsia sobre o endossamento pelo documento do discurso de legitimação do golpe que instaurou a ditadura em 1976, baseado na equiparação da violência entre milícias de extrema direita apoiados pelo Estado e grupos guerrilheiros de esquerda engajados na luta armada (*la teoría de los dos demonios*, vide nota de rodapé 3 na pg.17). No 30º aniversário do golpe em 2006, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, sob o governo de Nestor Kirchner, reeditou o *Nunca Más* acrescentando um novo prólogo sob a justificativa de que o prólogo original reproduzia essa equivalência. No entanto, apesar do texto original começar afirmando que “durante a década de 70 a Argentina foi convulsionada por um terror que provinha tanto da extrema direita como da extrema esquerda” e comparar este contexto à Itália dividida entre os grupos fascistas e as Brigadas Vermelhas, é feita uma diferenciação crucial entre os dois processos. Na interpretação original do *Nunca Más*, (COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS, 2012, p. 11) enquanto na Itália os conflitos foram resolvidos dentro da legalidade:

[...] não foi desta maneira no nosso país: aos delitos dos terroristas, as Forças Armadas responderam com um terrorismo infinitamente pior que o combatido, porque a partir de 24 de março de 1976 contaram com o poderio e com a impunidade do Estado absoluto, sequestrando, torturando e assassinando milhares de seres humanos.

Nesta citação, fica claramente destacada a existência de uma assimetria de forças entre os grupos apoiados pelos militares, que detinham o aparato estatal, e as guerrilhas que os opunham, com a afirmação categórica que a violência propagada pelos primeiros foi “infinitamente pior” que a cometida pelos segundos. Ao assumir que antes da ditadura existiam violências de ambas vertentes dominantes na disputa política, o *Nunca Más* não está adotando a *teoría de los dos demonios*, mas apenas partindo de uma visão sóbria dos fatos históricos. O importante é que logo em seguida os autores destacam a assimetria

de forças e inclusive a utilizam para justificar porque a CONADEP investiga somente os crimes do Estado, e não da guerrilha.

Analisando esta questão, Huyssen (2014, p. 11, tradução minha), afirma que “tomados em conjunto, o relatório *Nunca Más* e o julgamento deslegitimaram a justificação retroativa do golpe contida na *teoría de los dos demonios*, que tivera certa aceitação durante os anos do Governo Alfonsín, logo após 1983”. No contexto de redemocratização, ainda que o discurso de direitos humanos fosse predominante, havia pressão de alguns setores da sociedade civil e sobretudo dos próprios militares por uma política nacional de “reconciliação”. De fato, Raúl Alfonsín chegou a defender que os comandantes das juntas militares fossem levados a julgamento junto com os principais líderes da organização guerrilheira Montoneros, o que seria o equivalente jurídico da *teoría de los dos demonios*. No entanto, tal ideia foi deixada de lado diante da ampla adesão da opinião pública ao discurso que definia as ações dos militares como “massacre administrado”⁴, considerado na lógica dos direitos humanos como “crime contra a humanidade”.

O *Nunca Más* representou a cristalização de um discurso que na verdade o antecedeu porque foi elaborado pelos movimentos sociais ainda durante o regime militar: a retórica de defesa dos direitos humanos, noção até então considerada pouco relevante tanto pela direita quanto pela esquerda radicais. O informe da CONADEP fortaleceu esse discurso na opinião pública e possibilitou a condenação do terrorismo de Estado, mas para fazê-lo foi necessário construir uma memória coletiva que incluía um esquecimento específico: os crimes da guerrilha. Como o próprio governo militar e depois a *teoría dos dois demonios* utilizavam os crimes da guerrilha para justificar a ditadura, afirmando que era preciso combater os “subversivos”, trazê-los à tona poderia enfraquecer o movimento que demandava que os militares fossem julgados por promover o assassinato sistemático de pessoas dentre as quais muitas eram de fato militantes de esquerda.

Para combater essa linha de argumentação, a CONADEP e as organizações da sociedade civil contribuíram para a elaboração de um discurso de memória que representava os *desaparecidos* como vítimas passivas do terrorismo de Estado, apagando as suas filiações políticas com o intuito de impedir que eles fossem vistos como “subversivos”. Os movimentos por direitos humanos, como as Mães

⁴ Conceito elaborado por Hannah Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém*

que depois de tornam as Avós da Praça de Maio e os H.I.J.O.S.⁵, reivindicavam os *desaparecidos* pela sua filiação familiar e não politico-ideológica. Essa estratégia foi exitosa em relação aos seus objetivos de curto prazo, mas a longo prazo a política e a história do conflito ficaram reduzidas à linguagem dos vínculos pessoais e das emoções. Esse é um dos elementos, inclusive, que Beatriz Sarlo aponta e critica como sendo parte do processo de “guinada subjetiva” da história sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina.

Huyssen argumenta que o esquecimento dos crimes da guerrilha na Argentina é um caso que contradiz as teorias de Ricoeur porque comprova que uma *memoire manipulée* pode contribuir para a construção de um consenso em torno de um discurso de memória socialmente desejável e para a implementação de políticas de memória culturais e jurídicas. No entanto, ele não nega que continuam existindo consequências problemáticas para esquecimentos dessa natureza e conclui as suas reflexões a respeito do informe *Nunca Más* e da memória por ele conformada afirmando que (2014, p. 163):

[...] ao transformar todos os 30 mil desaparecidos em vítimas passivas, ele apagou a história política do conflito, junto com as filiações políticas dos indivíduos. A figura do desaparecido se tornou uma *idée reçue*, um clichê da memória social que, no fim, pôde transformar-se na forma de esquecimento da própria memória.

Partilhando desta visão, Vezzetti (2002) defende um ponto interessante sobre a representação do *desaparecido* como vítima passiva ser também um reflexo de como a sociedade argentina via a si mesma diante do advento traumático da ditadura: como vítima inocente de uma tragédia trazida à tona por forças incontroláveis e alheias à ela. Assim, a adoção ampla desta representação oferece conforto às pessoas por permitir que evitem a autocrítica e/ou qualquer responsabilidade pelo ocorrido, individualmente e como sociedade,. Essa colocação do autor está em consonância com uma tendência historiográfica atual na América Latina que busca entender os regimes autoritários dos anos 1970 e 1980 como ditaduras civis-militares, reconhecendo a existência de diversos

⁵ Mães da Praça de Maio, Avós da Praça de Maio e H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio ou Filhos pela Identidade e pela Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio, em português) são todos movimentos por direitos humanos que reivindicam vínculos familiares em relação à geração de desaparecidos, apesar do último buscar construir uma memória mais militante.

setores da sociedade civil – notadamente da Igreja e do empresariado – que apoiaram esses governos.

3.2. O *oubli commandé* e o fortalecimento da demanda social por memória: novas formas de lembrar e romper o silêncio

Apesar do alcance simbólico do *Nunca Más* e da efetividade dos julgamentos das juntas militares, a derrota da proposta de uma política nacional de reconciliação após a ditadura, especialmente por meio de anistia, não foi absoluta. Levantes organizados pelo grupo de militares de extrema direita que se denominavam “Carapintadas” em 1987 contra o Governo Alfonsín e em 1990 contra seu sucessor, Carlos Menem, exerceram pressão para que o Estado democrático argentino passasse a reverter o processo de investigação e condenação jurídica dos envolvidos nos crimes da ditadura. Tomadas em conjunto, as políticas de anistia implementadas pelos Governos Alfonsín e Menem entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 ficaram socialmente conhecidas como *las leyes de impunidad* [as leis de impunidade], e foram caracterizadas por Huysen (2014) como um caso flagrante de *oubli commandé* (esquecimento comandado).

Os primeiros indícios de uma nova política de memória surgiram já em 1986, um ano após o julgamento e a condenação das juntas, quando Alfonsín decretou a Lei do Ponto Final proibindo a abertura de novos processos contra militares por crimes cometidos durante o ditadura. Como o próprio nome popular indica, a lei remetia à uma tentativa de fechar a “ferida aberta” que o regime ainda representava para a sociedade argentina, apesar de ter sido em parte motivada pela existência de setores que ameaçavam fechá-la à força. No ano seguinte, ainda sob o Governo Alfonsín, decretou-se a Lei de Obediência Devida concedendo anistia aos militares de baixa patente com base no argumento de que estavam obedecendo ordens. Reagindo à esta guinada, uma parte da sociedade argentina passou a se sentir crescentemente traída pelo Governo – sentimento que se agravaria consideravelmente com as políticas empregadas pelo próximo presidente, Carlos Menem.

Uma breve análise das medidas tomadas pelo Governo Menem no campo das políticas de memória e processos jurídicos referentes à ditadura, indicam uma maior afinidade deste com as propostas de “reconciliação” e pressões pela

absolvição dos militares. Inicialmente, ao assumir a presidência em 1989, Menem adotou um espírito “anistia geral”, sancionando uma série de decretos que indultaram grande parte dos militares de alto escalão durante a ditadura e alguns líderes guerrilheiros. Em dois anos, suas medidas haviam efetivamente anulado o *Juicio a las Juntas*, anistiando os membros da 3ª junta militar – que haviam sido julgados pela sua condução da Guerra das Malvinas – e indultando os membros das primeiras duas juntas militares – que haviam sido condenados e presos por crimes contra a humanidade.

As políticas de esquecimento implementadas por Menem, que geraram choque e revolta entre a população argentina, não se detiveram ao plano jurídico. Em 1998, o então presidente anunciou sua intenção de demolir o complexo de edifícios da *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA), local onde funcionava o principal centro de detenção clandestino da ditadura e que constitui um objeto privilegiado da presente pesquisa, que será analisado em maior profundidade como “lugar de memória” no Capítulo 3. O plano de Menem era erguer em seu lugar um parque com um monumento dedicado à união nacional, mas a ideia não foi levada a cabo por ter sofrido forte resistência da oposição e de todos os movimentos de direitos humanos na época, visando preservar o edifício como prova física dos crimes cometidos pelos militares e do sofrimento vivido pelos sobreviventes. Para esta pesquisa, tanto a tentativa de demolir a ESMA no Governo Menem, quanto a sua derrota por pressão das organizações civis são fortes indicativos do poder simbólico da ESMA para a sociedade argentina pós-ditadura e do quão tensas são as disputas pela apropriação desse lugar e do seu significado.

Como aponta Huyssen (2014), o *oubli commandé* promovido pelo Estado argentino acabou provocando o efeito contrário ao esquecimento pretendido sobre a sociedade, intensificando a organização de setores civis que tanto inventaram novas formas de difundir a memória, quanto continuaram a demandar políticas oficiais de memória. No campo jurídico, as leis de impunidade haviam prescrito os crimes mais graves como tortura e assassinato, tornando impossível levar militares a julgamento por esses delitos. Porém, os movimentos por direitos humanos não deixaram de ir à justiça por causa disso, tanto em cortes nacionais quanto internacionais. Procurando brechas na legislação, as Mães da Praça de

Maio, entre outras organizações e pessoas físicas, começaram a processar militares por infrações menores que não haviam sido prescritas, como o sequestro de crianças nascidas quando suas mães estavam em cativeiro ou que eram muito pequenas quando estas foram presas.. Com a difusão de exames de DNA em meados da década de 1990, a luta que as *Madres*, que com a entrada em cena dessa nova geração se tornaram as *Abuelas* da Praça de Maio, vinham travando pela identificação e retorno dessas crianças às suas famílias biológicas desde a redemocratização ganhou novo ímpeto.

Até então, a identificação e retorno de crianças que haviam desaparecido ou sido sequestradas durante a ditadura pelos agentes do Estado se devia, majoritariamente, à sua permanência com familiares e vizinhos dos pais ou testemunhas do seu sequestro, por exemplo. No entanto, suspeitava-se que muitas foram criadas por militares e burocratas de alto-escalão que não apenas tinham influência suficiente para ocultar provas, como desfrutavam da proteção das leis de anistia e indulto, não sendo possível exigir juridicamente a realização de testes como DNA. Neste contexto, as Mães e Avós passaram a organizar, em parceria com instituições de pesquisa científica, uma base de dados genéticos para que jovens interessados ou suspeitosos de sua verdadeira identidade realizassem o exame por iniciativa própria. As organizações de direitos humanos estimam que cerca de 500 crianças foram sequestradas durante a ditadura e a lista de casos solucionados das Avós da Praça de Maio enumera 119 jovens que haviam recuperado a sua identidade até o final de 2015, descobrindo-se filhos de militantes assassinados.

Esse momento marca o início da construção de uma “memória de segunda geração”, conformada pelos filhos das pessoas que viveram em primeira mão o período ditatorial e protagonizada especificamente pelos filhos dos *desaparecidos*, assassinados e sobreviventes. Em 1995, é criada a organização H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio), composta principalmente por filhos de militantes que descobriram a sua verdadeira identidade ou que já a conheciam mas decidiram se associar nesse momento de expansão e difusão dessa memória de segunda geração. Essa organização foi instituída no auge das políticas de anistia do governo Menem e tem, como é

indicado já no próprio nome, o esquecimento como alvo principal e inimigo declarado.

Diante de um campo jurídico que impossibilitava o processo de militares e depois dos indultos oferecidos até aos mais claramente responsáveis pela repressão sistemática, os H.I.J.O.S. buscavam alguma maneira de romper o silêncio e a encontraram através do desenvolvimento do *escrache*. O *escrache* era uma técnica que visava escrachar, ou seja, colocar em evidência os crimes cometidos por determinados homens durante a ditadura, não apenas militares mas também médicos que os assistiam durante sessões de tortura ou partos de mulheres sequestradas. A ideia era fazer intervenções em suas casas e nos seus locais de trabalho para que as demais pessoas soubessem que nesse lugar vive ou convive diariamente um torturador.

Já que o caminho jurídico não estava aberto, os H.I.J.O.S. procuraram promover a memória no plano social e cultural. Esse foi um movimento feito não apenas por eles, mas por todas as organizações que lutavam por políticas de memória e tentavam combater o *oubli commandé* decretado por Menem. Nos anos 1990, “o foco jurídico na ditadura foi complementado por um intenso foco cultural, que levou a projetos muito discutidos de memoriais em Buenos Aires, La Plata, Tucumán e outras regiões do país” (Huyssen, 2014, p. 164). Este movimento de resistência ao *oubli commandé* marcou o início da segunda configuração da memória sobre a ditadura analisada por Vezzetti (2002) como “memórias de militância”, que será objeto da subseção a seguir.

3.3. Uma reconfiguração da memória e do esquecimento: memórias de militância

A configuração social da memória e do esquecimento a respeito da ditadura começou a sofrer transformações significativas a partir de meados da década de 1990, fortemente influenciada pelos fatores apresentados acima: a resistência ao *oubli commandé*, a elaboração de uma “memória de segunda geração” e um novo foco cultural na construção de lugares de memória. Essa conjuntura levantava questões sobre como preservar a memória diante da ameaça das políticas de esquecimento e sobre como transmitir essa memória para as gerações seguintes. Nesta ótica, a construção de memoriais tem o duplo propósito de concentrar a

memória, preservando-a e cristalizando-a fisicamente em um lugar, e de difundi-la a partir desse lugar no imaginário social.

A geração imediatamente seguinte à que viveu a ditadura em idade adulta, nascida durante o período militar, logo antes ou logo depois, enfrentou a árdua tarefa de ter que significar uma experiência traumática que, apesar de próxima, não foi vivida em uma idade que possibilitasse a consciência crítica. Não obstante, era essa a geração que protagonizava as lutas de reivindicação por memória e justiça na última década do século XX. Neste subcapítulo, portanto, serão discutidos os contornos desse discurso sobre a ditadura emergente entre essa segunda geração e as formas pelas quais impactou e transformou a configuração da memória e do esquecimento na sociedade argentina do século XXI.

Na distinção feita por Vezzetti (2002) entre os ciclos de construção da memória sobre a ditadura na Argentina – as “memórias do *Nunca Más*” e as “memórias de militância” – a primeira configuração era fortemente ligada aos movimentos de direitos humanos, à uma luta no plano jurídico e ao discurso que enfatizava os vínculos familiares dos *desaparecidos* em detrimento dos seus vínculos políticos. Tal despolitização da figura do *desaparecido* e a sua representação como vítima inocente era considerada necessária naquele momento tanto para viabilizar a condenação jurídica, social e moral do terrorismo de Estado, quanto para deslegitimar a “teoria dos dois demônios” e outros discursos que utilizassem os crimes das guerrilhas para justificar uma repressão que foi evidentemente desproporcional e mais violenta. No entanto, com a anistia e as “leis de impunidade”, a batalha jurídica foi temporariamente perdida e as lutas por memória se concentraram no campo cultural. Mesmo nesta conjuntura, a adesão ao discurso de direitos humanos manteve-se forte o bastante para afastar gradualmente a ameaça de um outro golpe militar e permitir, aos poucos, que o aspecto político-ideológico dos *desaparecidos* voltassem a integrar o debate sobre a memória.

Diferentemente das *Madres e Abuelas*, da Praça de Maio, os H.I.J.O.S. reivindicavam a memória dos *desaparecidos* não apenas pelos vínculos afetivos às vítimas, mas sobretudo por uma identificação com as ideologias de esquerda que as motivaram. Enfatizando essa repolitização da figura do *desaparecido* Vezzetti (2002, p. 218) afirma que “no lugar moral da vítima, caracterizada só por

sua condição de vazio e de carência de direitos, separada de suas condições, de seus ideais e de seus combates, emerge um personagem que retorna do passado: o *militante*”. Assim, nota-se que o movimento de recuperação da história política do conflito foi muito além dos H.I.J.O.S., conformando a memória dessa segunda geração de forma geral e influenciando também as tendências historiográficas e as narrativas que eram elaboradas sobre a ditadura. O ambiente social tornou-se receptivo à pesquisas e livros que buscavam contar a história do ponto de vista das organizações de luta armada, e antigos membros dos Montoneros e do ERP publicaram suas memórias⁶. A partir de meados da década de 1990, a elaboração e aceitação desses novos discursos sobre a ditadura centrados no “militante” enquanto sujeito foram gradualmente contribuindo para a configuração de uma memória coletiva que tem esta militância de esquerda como eixo central, e que é dominante ainda hoje na opinião pública argentina.

Entre os elementos centrais trabalhados tanto por Vezzetti (2002), quanto por Huyssen (2014)⁷ nessa nova configuração da memória está a noção de *impunidade* e o seu peso para a história e memória argentina à luz do contexto social, político e econômico argentino na transição da década de 1990 para a de 2000. Evidentemente, esse sentimento é diretamente relacionado ao *oubli commandé* e à anistia e indultos concedidos aos governantes militares responsáveis pela repressão e violência estatal. No entanto, não eram apenas as políticas de esquecimento do Governo Menem que estavam causando indignação na sociedade: suas políticas econômicas de cunho neoliberal eram vistas como responsáveis por mergulhar o país em ciclos de inflação e desemprego que aprofundaram a desigualdade social. Diante das consequências desastrosas desta crise, fortaleceram-se os discursos que denunciavam o sistema econômico neoliberal e defendiam que Menem era expoente da política havia sido introduzida na Argentina pelo Ministério da Economia Martínez de Hoz durante a ditadura militar. Huyssen (2014) aponta que essa narrativa de cunho econômico estabeleceu uma continuidade entre o período ditatorial e o Governo de Menem,

⁶ Alguns dos trabalhos que seguem essa linha incluem: *Todo o nada. La historia secreta y la historia pública del jefe guerrillero Mario Roberto Santucho* de María Seoane (1991), *Montoneros. Final de cuenta* de Juan Gasparini (1999), *La voluntad* de Martín Caparrós e Eduardo Anguita (1998), *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina* de Pilar Calveiro (1998) e entrevistas e textos de Mario Firmenich, líder dos Montoneros.

⁷ Ao escrever sobre essa noção de *impunidade*, Huyssen inclui uma nota de rodapé que diz “devo esse argumento a Hugo Vezzetti, *Pasado y presente*”

associando os sentimentos de impunidade calcados na anistia aos crimes dos militares aos de injustiça social decorrentes da política econômica da época. Huyssen (*Op. cit.*, p. 165) analisa a operação dessa analogia no discurso de memória usando os seguintes termos:

A pretensa impunidade da ditadura, obtida, segundo essa visão, pela anistia de 1990, encontra um paralelo na impunidade da ordem econômica neoliberal que, nos últimos anos, não apenas destruiu a classe média argentina, como também gerou desemprego e pobreza numa escala que hoje ameaça a própria estrutura do país. Nessa narrativa, a ditadura é vista como nada além do primeiro passo necessário para levar o neoliberalismo ao poder e submeter a Argentina (e a América Latina) à nova dominação imperial da globalização.

Essa narrativa que enfatiza a ligação entre a ditadura e o menemismo, afirmando que foram duas etapas do mesmo processo de implementação do neoliberalismo no país, ganhou ainda mais força a partir do colapso econômico de 2001. Assim, a eleição de Nestor Kirchner dois anos depois se apoiou, em parte, no discurso de rompimento com essa política econômica e de revisão das leis de anistia e reabertura dos processos contra os militares. A vitória da proposta kirchnerista foi uma expressão da vontade política da geração que foi às ruas em 2001 e que vinha protagonizando a construção dessa “memória de militância” em relação à ditadura. Ao mesmo tempo em que é fruto dessa configuração da memória coletiva, o movimento kirchnerista também a moldou e elaborou a partir do momento em que se filiou a ela. Para refletir sobre as políticas de memória dos Governos de Néstor e Cristina Kirchner apresentadas no Capítulo 4, é necessário analisar os méritos e problemas dessa nova configuração de memória e, em seguida, buscar compreender a contribuição fundamental das políticas de memória kirchneristas.

Como já foi argumentado, o principal mérito e diferencial dessa reconfiguração é a recuperação das filiações ideológicas dos *desaparecidos* e, conseqüentemente, da história política do conflito. Essa visão permitiu lançar uma nova luz sobre a década de 1970 e os antecedentes do golpe, sobre os projetos políticos que estavam em disputa e sobre a ação de grupos guerrilheiros como os Montoneros e esquadrões da morte como a Triple A⁸. Este movimento de

⁸ A Ação Anticomunista Argentina foi um grupo paramilitar formado com o objetivo de exterminar militantes de esquerda e que atuava com o apoio do Estado através do Ministro Lopez Rega durante o governo de Isabel Perón.

recuperação da história da luta armada só se tornou possível a partir da completa desmoralização da *teoría de los dos demonios* no debate público.

Os novos discursos abandonaram a linguagem familiar utilizada anteriormente para representar o trauma da ditadura, mas continuaram fortemente atrelados ao testemunho como fonte privilegiada de “Verdade” sobre o ocorrido, embora os depoimentos fossem agora de natureza diferente. Ecoaram na sociedade testemunhos de líderes dos Montoneros e do ERP que até então haviam calado e pessoas que haviam sido testemunhas no julgamento das juntas militares em 1985 passaram a dar depoimentos que já não enfatizavam mais a tortura e os horrores do cativo, mas sim a sua trajetória de militância. Vezzetti (2002), apesar de reconhecer as vantagens que essa configuração da memória possui em relação à anterior, adota uma postura crítica e aponta elementos que considera falaciosos nas narrativas construídas mais recentemente sobre a ditadura. No trecho citado a seguir, percebe-se que o autor discorda da centralidade conferida à categoria de *impunidade* nesse discurso.

Diante da demanda centrada na representação familiar do dano sofrido, levada a cabo pelas Mães e Avós da Praça de Maio, as vozes de alguns sobreviventes têm buscado recuperar uma *identidade política* a partir da qual continuar, de alguma maneira, os combates do passado. E o fizeram, em geral, a partir de uma visão do presente que insiste em denunciar que os crimes da ditadura ficaram impunes. É difícil justificar um julgamento tão definitivo que tende a sepultar a complexa tramitação jurídica e política do terrorismo ditatorial, levado à cabo pelo Estado e pela sociedade, debaixo dessa figura compacta da *impunidade*. O mínimo que se pode dizer é que essa visão permanece fechada às evidências que o Julgamento das Juntas e os processos em curso foram capazes de produzir em termos de uma condena não só jurídica mas também moral e social. Em todo caso, essa memória esquerdista condensa ali algo que é mais do que uma expressão da derrota daquelas lutas: pressupõe a permanência dos efeitos do terror ditatorial que se une com uma figura da continuidade de uma dominação e de um padrão econômico de poder. Mesmo assim, essa irrupção da política teve o mérito de relançar o debate arredor da significação e da fisionomia do mundo das vítimas, e de romper com essa ficção de inocência que no relato social ficava associado ao drama familiar monopolizado pelas Mães e Avós (Vezzetti, *Op. cit.*, p. 208).

A maioria das narrativas que reforçam enfaticamente uma continuidade na análise do processo histórico acabam por apagar ou diminuir na memória coletiva os elementos de ruptura e de mudança que também tiveram papéis relevantes. No caso da “memória de militância” na Argentina, a preocupação em estabelecer uma continuidade entre o período do regime militar e o cenário dos anos 1990, destacando as semelhanças no modelo econômico vigente, acabou diminuindo o

aspecto de ruptura radical da transição democrática, que o diferencia de transições pactuadas ocorridas em países como o Brasil e o Chile, onde o desenvolvimento de políticas de memória e as consequências jurídicas foram limitadas. A compreensão histórica proposta pela chave da *impunidade* e da continuidade que pretende construir foi feita, portanto, em detrimento da relevância de conquistas da sociedade civil como o *Nunca Más* e o *Juicios a las Juntas*.

Em sua ascensão ao poder em 2003, o movimento kirchnerista – herdeiro e produtor dessa “memória de militância” – reforçou a narrativa que enfatiza a continuidade entre a ditadura e os anos 1990 porque buscava se apropriar da representação da “verdadeira ruptura” com este legado. Neste discurso, a revogação da anistia e a reabertura dos processos contra militares promovidas pelo Governo Néstor Kirchner marcaram o fim de um longo ciclo de impunidade. No entanto, a construção deste argumento exigiu o esvaziamento do significado das lutas anteriores por “verdade” e “justiça” e das conquistas como o *Nunca Más* e *Juicios a las Juntas* como rupturas radicais com o regime militar. Como exemplificado anteriormente, a interpretação do Governo Néstor Kirchner de que o *Nunca Más* endossa a “teoria dos dois demônios” pode ser entendida como uma forma empregada para desacreditar o informe e reduzir o papel que a sua publicação representou para a sociedade na transição democrática do início da década de 1980.

Outros aspectos problemáticos da construção da “memória de militância” decorrem do fato de que ela é constituída pelo que Vezzetti (2002) chama de “memórias de grupo”, nas quais um determinado segmento social elabora uma auto-representação que assume a parte como sendo o todo, projetando suas perspectivas e interesses como representativos de uma geração ou população inteira. O autor (*Op. cit.*, p. 203) afirma que memórias desse tipo:

necessária e espontaneamente ficam submetidas aos jogos da identidade e da defesa da própria integridade, ou seja, à uma dinâmica de formação da lembrança que leva em conta o próprio grupo antes do que novas representações do passado que podem exercer uma função disruptiva ou pressionar no sentido da revisão das certezas prévias.

Cabe ressaltar que os argumentos oferecidos por Vezzetti (2002), ainda que válidos e reflexivos, são, reconhecidamente pelo próprio autor, fortemente críticos a essa memória elaborada por e comprometida com os grupos de militância de

esquerda. Dialogando com Vezzetti (*Op. cit.*), seria possível argumentar que toda memória é, em algum sentido, uma “memória de grupo” porque remete o indivíduo a um lugar de pertencimento que tem necessariamente uma dimensão identitária e quase sempre uma dimensão coletiva. Porém, mesmo assumindo que toda memória é, em última instância, uma “memória de grupo”, a crítica de Vezzetti (2002) é válida e se direciona especialmente àquelas narrativas mais claramente conformadas por dogmas ideológicos e comprometidas com a defesa de um determinado projeto político.

Olhando para o caso argentino, Vezzetti (2002) argumenta que os discursos de memória atuais estão tão preocupados em preservar uma identidade ideológica que recupera posicionamentos de grupos de esquerda da década de 1970 e partem deles para interpretar o presente, sem revisá-los. O comprometimento com a integridade do grupo e com a justificativa retroativa de suas ações dificulta o processo de autocrítica e de reconhecimento da parcela de responsabilidade que os movimentos de esquerda na época tiveram sobre suas próprias derrotas. Essa dinâmica de construção da memória resulta em uma visão anacrônica que olha o presente através de uma ideologia do passado e atribui aos militantes da década de 1970 preocupações e valores que são da política atual, como a democracia e os direitos humanos. Vezzetti (2002) também aponta que a maioria das narrativas contemporâneas, construídas a partir de um senso comum esquerdista, mitificam esses militantes como mártires da luta contra os poderes tradicionalmente dominantes, desconsiderando mudanças no bloco hegemônico e nas causas privilegiadas pela esquerda ao longo do tempo. Essa memória fortemente conformada pela ideologia representa o processo histórico como um conflito eterno entre dois grupos coesos: os defensores dos interesses do povo e da elite.

Ambos Vezzetti (2002) e Huyssen (2014) analisam esse momento de proliferação de “memórias de militância” na Argentina, apontando para os aspectos tanto positivos quanto problemáticos dessas narrativas. Huyssen (*Op. cit.*, p. 165) conclui as suas reflexões fazendo o seguinte balanço:

Embora essa memória recuperada da militância de esquerda deixe de lado, de forma reducionista, a relação entre os militares e o Estado civil subsequente, ela tem o mérito de romper com a ficção da completa inocência das vítimas e com a transformação do problema dos desaparecidos num problema de família. A Argentina chegou claramente a um novo estágio de discussão, no qual o esquecimento público passado vem sendo substituído por uma nova

configuração da memória e do esquecimento. Essa nova descrição deverá permitir uma avaliação historicamente mais correta do período que levou à ditadura militar. Os ganhos obtidos na política de direitos humanos, encarnados na figura dos desaparecidos e na condenação moral do regime militar, são fortes o bastante para resistir à tentação de uma narrativa esquerdista falsamente heroica da memória, a qual, de qualquer modo, mais me pareceria um sintoma do desespero atual que uma descrição historicamente sustentável.

Independentemente de elogiar ou criticar esses discursos recentes, o fundamental é reconhecer que houve uma substituição gradual de um esquecimento contido na despolitização da figura do *desaparecido*, que já havia se tornado clichê, por uma nova configuração da memória que recupera sua identidade política, mas que sem dúvida contém os seus próprios esquecimentos. É inegável que nos últimos anos o debate público sobre a ditadura na Argentina amadureceu, se diversificou com o rompimento de interditos e atingiu um outro patamar de complexidade, permitindo aprofundar as análises de questões relacionadas ao período autoritário que a sociedade considera relevantes ainda hoje.

Esse capítulo buscou oferecer um panorama histórico geral do processo de construção da memória coletiva sobre a ditadura na Argentina, desde a redemocratização até os dias atuais. Nessa última seção, foram delimitadas algumas características da maioria dos discursos de memória que circulam hoje no espaço público e são conformados por essas “memórias de militância”, tais como a retórica da *impunidade*, a associação entre ditadura e neoliberalismo e a defesa de uma identidade de grupo. As narrativas e políticas de memória elaboradas durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner, que serão objeto do próximo capítulo, estão inseridas nessa configuração da memória muito mais ampla e são representativas das principais reivindicações contidas nesses discursos.

4. Uma análise das narrativas do movimento kirchnerista sobre a ditadura e o processo de redemocratização a partir das curadorias do *Sítio de Memoria ESMA* e do Museu do Bicentenário

Com a apresentação do arcabouço teórico sobre os conceitos de história e memória no Capítulo 2 e a descrição do processo histórico de construção da memória sobre a ditadura argentina no Capítulo 3, pretendeu-se oferecer ao leitor as ferramentas para empreender uma análise crítica da atual configuração da memória e do esquecimento na sociedade argentina, que conforma e é conformada pelas políticas de memória implementadas durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner. O Capítulo 4 pretende analisar as narrativas sobre a ditadura elaboradas e difundidas no período entre 2003 e 2015 pelo governo e pelo movimento kirchnerista. Como estratégia para evitar uma discussão meramente teórica, optou-se por ancorar essa crítica mais abstrata à análise das narrativas construídas especificamente nas curadorias de um museu, o Museu do Bicentenário, e um lugar de memória, o *Sítio de Memoria ESMA*, inaugurados durante a presidência de Cristina Kirchner.

O subcapítulo 4.1 faz uma descrição geral das principais políticas de memória implementadas no período kirchnerista e situa os dois museus escolhidos para a investigação de campo no contexto das políticas promovidas por Cristina Kirchner. A seção 4.2 discute questões de ordem metodológica relacionadas ao trabalho de campo, descrevendo as visitas aos museus e os conceitos explorados na palestra Christian Dürr, diretor do Memorial de Mauthausen, que pautaram a leitura crítica das curadorias. Estes museus serão analisados separadamente nas subseções seguintes, sendo a 4.3 dedicada às narrativas construídas na curadoria do *Sítio de Memoria ESMA*, e a 4.4 às narrativas presentes nos vídeos que compunham a exposição do Museu do Bicentenário.

Finalmente, o subcapítulo 4.5 apresenta as conclusões da presente pesquisa, apontando os elementos que são recorrentes nas curadorias dos dois museus analisados para promover uma reflexão sobre os fios condutores das narrativas elaboradas pelo movimento kirchnerista a respeito da ditadura e do processo de redemocratização na Argentina. É importante ressaltar que esses discursos são plurais e que não há um consenso absoluto de visões dentro do movimento

kirchnerista. Porém, analisando os elementos que são recorrentes na maioria das narrativas elaboradas e difundidas nesse período, é possível fazer algumas generalizações (mesmo que cautelosas) que permitem traçar os contornos gerais da memória coletiva que o kirchnerismo buscou conformar sobre a história recente do país.

4.1. Institucionalização da memória reconfigurada: as políticas dos governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003–2015)

As políticas de memória implementadas pelo Governo Néstor Kirchner (2003-2007) representaram uma mudança clara na orientação e postura do Estado na direção dos interesses da parcela significativa da sociedade civil que até então resistia ao *oubli commandé* imposto durante a década de 1990. Logo que assumiu a presidência, em 2003, Néstor mobilizou o Congresso Nacional para declarar nulas as Leis de Ponto Final e Obediência Devida, decisão que foi depois ratificada pela Suprema Corte da Argentina possibilitando a reabertura de processos contra os militares. Isto gerou a junção dos processos em uma ação única, conhecida como a *Causa ESMA*, que gerou julgamentos, com novos testemunhos e condenações, em 2007, 2009 a 2011 e 2012.

No dia 24 de março do ano seguinte, data que marca o aniversário do golpe, o então presidente pessoalmente ordenou a retirada dos quadros dos ex-comandantes Jorge Rafael Videla e Roberto Bignone das paredes do Colégio Militar. Carregado de simbolismo, esse ato teve um profundo impacto social, passando a representar no senso comum a síntese da postura diferenciada do novo presidente em relação à ditadura e o gesto inaugural de um novo ciclo de políticas de memória. Nessa mesma data, Néstor Kirchner convocou um ato de militância no complexo de prédios da Escola Mecânica Superior da Armada (ESMA), que serviu durante a ditadura como o principal centro clandestino de detenção e tortura e fica localizado em uma área central da capital, Buenos Aires. Em seu discurso na ocasião, pediu perdão à sociedade argentina em nome do Estado pelo terrorismo cometido durante o regime militar e especificamente naquele local, anunciando a criação de um novo “Espaço para a Memória e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos” na ESMA por ser símbolo dos crimes da ditadura.

Cabe salientar, porém, com uma breve explicação da história recente do complexo, que a luta para transformar a ESMA em um lugar de memória

começou antes do governo Kirchner e existe desde o processo de redemocratização no início da década de 1980. Imediatamente depois da queda do regime autoritário, lideranças dos movimentos de direitos humanos começaram a pleitear que o prédio não poderia permanecer sob controle militar, em grande parte, para preservar provas materiais que seriam utilizadas no julgamento das violações cometidas. Apesar dessas reivindicações e da realização de investigações e do julgamento, a ESMA continuou funcionando como escola militar até 1998, quando o então presidente Carlos Menem assinou o já mencionado decreto transferindo a escola para outro local com o intuito de promover a demolição do prédio e construir um monumento à união nacional. Tal decreto provocou uma mobilização intensa da sociedade na época, culminando com a declaração da sua inconstitucionalidade pela Suprema Corte em 2001 e reacendendo o debate público sobre os possíveis usos e funções sociais que deveriam ser atribuídos ao espaço. Neste sentido, o peso simbólico da ESMA no imaginário social argentino pós-ditadura é evidenciado em diversos momentos das décadas de 1980 e 1990 e o acirramento das disputas pela definição dos seus significados na memória coletiva parece ter aumentado com o tempo.

Outras evidências incluem a tentativa, em 2000, do então prefeito de Buenos Aires Aníbal Ibarra (da coligação socialista FrePaSo), opositor dos indultos concedidos pelo Governo Menem, de obter jurisdição sobre o complexo da ESMA mobilizando uma disputa legal contra o Exército e o Governo Federal. Em 2002, Ibarra conseguiu que a Câmara Municipal aprovasse uma lei determinando a criação de um instituto para a preservação e difusão da memória do terrorismo de Estado no ex-centro clandestino de detenção. No entanto, quando Néstor Kirchner assumiu a presidência um ano depois, ambos deixaram de lado as suas diferenças políticas e se aliaram em prol dessa causa, participando juntos do ato de “reapropriação” da ESMA realizado no aniversário do golpe, em dia 24 de março de 2004. Como a transformação do edifício em lugar de memória já estava determinada pela lei municipal, o Governo Federal criou um ente com duplo grau de jurisdição para gerir o local, evitando impasses administrativos entre as esferas, e impôs que os militares desocupassem definitivamente o complexo. A partir desse momento, os prédios da ESMA se tornaram sedes de movimentos sociais, como as Mães da Praça de Maio, e de instituições, como o Arquivo Nacional de

Direitos Humanos, ligados à memória da ditadura e passaram a ter suas funções possíveis debatidas amplamente por grupos de identidade e interesse na sociedade argentina.

Em diversos sentidos, Cristina Kirchner deu continuidade às políticas de memória implementadas pelo seu ex-marido. No âmbito jurídico, ela promoveu uma reforma do Código de Justiça Militar que submeteu os membros das Forças Armadas à Justiça Comum em nível federal, e também do Código Processual Penal da Nação com o objetivo de acelerar os seus julgamentos. No plano cultural, o governo financiou a publicação de material didático sobre a ditadura e continuou incentivando a criação de lugares de memória em antigos centros clandestinos de detenção, a maioria dos quais são mantidos com recursos públicos e não cobram entradas. Em 2010, a comemoração do bicentenário da República Argentina suscitou uma onda de proliferação de narrativas sobre a história nacional no meio acadêmico, na mídia e na sociedade em geral. Era de se esperar que nesse momento o Estado também produzisse um discurso oficial, divulgado através de ritos e celebrações formais, mas as repercussões do bicentenário na política argentina foram mais profundas.

Enquanto presidente, Cristina Kirchner investiu fortemente na elaboração de uma narrativa própria sobre a história do país, por mais que ela fosse conformada por elementos já existentes no imaginário político argentino e por correntes historiográficas anteriores. Em relação à ex-ESMA, o Governo Cristina Kirchner inaugurou em 2015 um “Sitio de Memoria” no antigo Casino de Oficiais, prédio originalmente destinado à moradia de militares, onde no sótão e no porão foram mantidas e torturadas a maioria dos prisioneiros que passaram pelo complexo. Esse projeto foi levado a cabo por uma equipe de curadores que organizou pela primeira vez no espaço uma exposição coesa sobre a ESMA, o terrorismo de Estado e as memórias das suas vítimas. Além disso, a criação do Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano⁹ em

⁹ Instituto criado pelo Decreto 1880/2011 (assinado pela presidente Cristina Kirchner no dia 17 de novembro de 2011 e publicado no dia 21 do mesmo mês no *Boletín oficial*) com o objetivo de aprofundar “o estudo, a ponderação e o ensino da vida e obra das personalidades de nossa história e da História ibero-americana que obrigam a revisar o lugar e o sentido que lhes foi conferido pela História oficial, escrita pelos vencedores das guerras civis do século XIX”.

Disponível em: <http://www.boletinoficial.gov.ar/DisplayPdf.aspx?s=01&f=20111121>

2011 é uma demonstração clara de que o governo tinha essa preocupação. No mesmo ano, seguindo essa linha de investimento em instituições que produzem e divulgam história pública, foi inaugurado o Museu do Bicentenário, visando abarcar toda a história republicana argentina, desde a Independência em 1810 até 2010. Para empreender esse desafio a curadoria do referido Museu adotou uma periodização com recortes temporais que pautaram a organização das diferentes partes da exposição. Em cada uma dessas partes, antes que o visitante percorresse a sala observando os demais materiais expostos, era exibido um vídeo oferecendo uma narrativa geral sobre o período que correspondia àquele recorte temporal.

Dado que a presente pesquisa se dedicou a investigar, em geral, a construção da memória sobre a ditadura militar na Argentina, e, especificamente, a sua configuração recente sob os Governos Néstor e Cristina Kirchner entre 2003 e 2015, a proposta de refletir de forma ancorada em evidências tangíveis de suas características, elegeu dois casos para esta análise. O primeiro são as transformações e a curadoria do ex-centro clandestino de detenção ESMA, atual *Sitio de Memoria*, na subseção 4.3 e o segundo tratará da inauguração e dos conteúdos do Museu do Bicentenário, na subseção 4.4. Por isso, as subseções a seguir apresentam as orientações metodológicas e os resultados do trabalho de campo e tratamento de fontes referentes à estes dois lugares de memória.

4.2. Procedimentos do trabalho de campo e orientações metodológicas para análises de lugares de memória e museus históricos

O objetivo geral do breve trabalho de campo desenvolvido por esta pesquisa é levantar evidências que permitam uma análise mais aprofundada das narrativas e suas formas de difusão que configuraram a memória coletiva argentina sobre a ditadura durante os Governos Kirchner (2003-2015). Para isso, a pesquisa partiu da noção de “lugar de memória” desenvolvida originalmente por Nora (1993) e aprofundada por Huyssen (2014) para definir as suas unidades de análise. Conforme destacados na subseção anterior, foram escolhidos: o *Sitio de Memoria ESMA* pela carga simbólica de ter sido o principal centro clandestino de detenção durante a ditadura, e o Museu do Bicentenário por ter sido construído em um momento importante de proliferação de discursos sobre a história argentina e representar uma narrativa oficial endossada pelo Governo Cristina Kirchner.

Como método geral, o trabalho propôs realizar uma “leitura de curadoria”, que consistiria em uma visita a cada lugar escolhido orientada por um roteiro elaborado a partir da revisão teórica e histórica até então realizadas. No entanto, dois fatores ocorridos durante a pesquisa influenciaram e exigiram ajustes ao planejamento original. O primeiro fator decorreu da mudança de governo na Argentina em janeiro de 2016, antes de serem realizadas as visitas, com a eleição de Mauricio Macri (do partido PRO) para presidente. Isso influenciou o planejamento da presente pesquisa pois tanto a curadoria do *Sitio de Memoria ESMA* quanto do Museu do Bicentenário foram alteradas pelo novo governo. O primeiro museu sofreu alterações menores mas o segundo foi completamente fechado para reformas em maio de 2016, o que impossibilitou a realização da visita de campo estruturada que embasaria as análises contidas nesse capítulo. Porém, ao invés de excluí-lo como objeto, a presente pesquisa considerou que o seu fechamento evidencia a estreita ligação da antiga curadoria com a narrativa histórica do movimento kirchnerista. Esse espaço adquire uma importância ainda maior agora que ele se converteu em lugar de disputa entre essa narrativa e uma outra, de contornos ainda indefinidos, a ser elaborada sob influência do novo governo. Assim, uma vez que o Museu do Bicentenário já havia sido visitado antes de forma exploratória e que os vídeos exibidos em sua exposição continuaram acessíveis pela internet¹⁰, optou-se por prosseguir com a análise da curadoria original.

Por sua vez, o segundo fator decorreu das comemorações do Dia Internacional dos Museus e do 1º aniversário da inauguração do *Sitio de Memoria ESMA*, também em maio de 2016. Na ocasião, a equipe responsável pela curadoria do *Sitio* promoveu um seminário orientado para debater: “como se transforma um ex-centro clandestino em lugar de memória”. Participaram do evento, além da referida equipe curadora¹¹, o historiador e doutor em filosofia Christian Dürr, como palestrante principal e curador do ex-campo de concentração nazista, Memorial de Mauthausen na Áustria. Diante desta

¹⁰ Até junho de 2016, os vídeos estavam disponíveis no site oficial do museu. No entanto, após essa data o site foi tirado do ar e os vídeos passaram a ser acessíveis somente no seguinte canal de YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCjX6XjXZgHEQNuGhE0MhRxw>.

¹¹ Analisada na seção seguinte, a equipe curadora do *Sitio de Memoria ESMA* é composta por: Alejandra Naftal, diretora e curadora, Hernán Bizman, curador geral, e os curadores adjuntos Carlos Campos e Roberto Busnelli.

oportunidade, o evento foi incluído como referência da pesquisa por oferecer chaves interpretativas para a “leitura de curadoria” e bases analíticas para o trabalho de campo a ser realizado. Neste sentido, a palestra oferecida por Dürr (2016) desenvolveu os principais desafios pragmáticos enfrentados pelo curador na busca por uma narrativa que deve partir do “vazio” característico de lugares ligados à experiências traumáticas e delimitou algumas estratégias empregadas atualmente para superá-los. Suas colocações, que abordaram conceitualmente a distinção entre lugares de memória e museus históricos, contribuíram profundamente para estruturação das análises contidas nesse capítulo, convêm expor algumas de suas ideias principais ainda nesta seção. Além disso, foram adotados elementos analíticos propostos pelo curador geral do *Sitio de Memoria - ESMA*, Hernán Bizman, que serão apresentados na subseção seguinte.

Uma das principais contribuições de Dürr (2016) para a análise pretendida pela pesquisa foi a diferenciação entre “museus de sítio” construídos em lugares onde se viveu um trauma e museus históricos convencionais. Tradicionalmente, os primeiros exercem a função de apresentar narrativas que conferem sentido a um processo histórico e que de alguma maneira explicam as suas causas e consequências, mesmo que considerando lógicas multidimensionais. Em contrapartida, Dürr (*Op. cit.*) aponta que a intenção primordial dos lugares de memória não é explicar racionalmente o ocorrido e sim “comemorar o trauma” ou evento marcante, exercendo uma função dupla: de um lado, a concentração da memória em um lugar, especialmente das memórias individuais de pessoas que vivenciaram ou sobreviveram a experiência, e, de outro, a difusão dessa memória em esferas sociais e culturais mais amplas. Enquanto um museu histórico convencional representa um passado colocado à distância, um “museu de sítio” é um ponto de encontro entre passado e presente. Por serem frequentemente lugares traumáticos e carregados de simbolismo, o curador precisa tomar cuidados que não seriam necessários se o espaço fosse “neutro”. Especialmente no caso de lugares de traumas sociais, o palestrante destacou o duplo desafio do curador para, de um lado, preservar o “vazio” dos espaços como elemento da preservação da própria memória sobre o ocorrido ali, e, de outro, preenchê-lo com formas e conteúdos que permitam abordar e transmitir aos visitantes esta memória, sem construir representações totais ou narrativa única.

Dürr (2016) considera que, como lugares de memória, a diferenciação entre museus convencionais e “museus de sítio” é fundamental para a curadoria, especialmente em relação à “neutralidade” do lugar e liberdade em relação às narrativas nos primeiros diante da carga histórica e simbólica que constitui o segundo. No entanto, o palestrante apontou para complementariedades entre estes tipos, enfatizando a importância do uso de exposições históricas para contextualizar o visitante dentre as intervenções, como as artísticas, possíveis para as curatorias dos “museus de sítios”. Acerca da estrutura e disposição do espaço, Dürr (*Op. cit.*) afirma que devem existir diferentes zonas dedicadas à funções distintas que um lugar de memória precisa cumprir, como uma área de exposição histórica, uma área para comemoração individual de sobreviventes e pessoas que vivenciaram a experiência, uma área para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, entre outras.

Analisando as mudanças nos paradigmas que orientam a curadoria de lugares de memória ao longo do tempo, Dürr (2016) explicou que nos primeiros anos depois da inauguração do Memorial de Mauthausen como “museu de sítio” em 1970, era comum que diretores removessem partes do campo de concentração para enfatizar outras e/ou alterassem estruturas e espaços – com a introdução ou construção de monumentos, por exemplo. Tais práticas resultaram na perda de seções inteiras do campo e, ao longo da década de 1990, passaram a sofrer mudanças que as tornaram inconcebíveis atualmente. Com a queda do muro de Berlim e a emergência de novas repúblicas no leste europeu, que trabalharam de formas diferentes a memória do período soviético, os paradigmas que orientavam a arquitetura e gestão dos lugares de memória começaram a mudar, dando lugar à novas formas e conteúdos consideradas adequadas. Segundo o palestrante, no paradigma contemporâneo das curatorias de sítios de memória, como a ex-ESMA, não se trata mais de “interferir para simbolizar”, e sim de inserir o lugar em seu contexto histórico.

Outra estratégia do atual paradigma é ressaltar as conexões entre o lugar de memória e o ambiente circundante para ilustrar as relações entre a memória da vivência específica simbolizada pelo primeiro e a sociedade civil ou tecido espacial no qual se insere de forma mais geral. Dürr (*Op. cit.*), tomando sua experiência como base, apontou para a inserção central de Mauthausen em uma

rede de campos de concentração menores ao seu redor e, de forma semelhante, para as articulações da ESMA com outros centros de detenção clandestinos. Assim, enfatizar a existência dessa rede com funcionamento sistemático também é um método importante para a curadoria desses lugares de memória e seu aspecto difusor da memória em esferas mais amplas. Por fim, aprofundando sobre o uso da exposição histórica no sítio Memorial de Mauthausen, Dürr (2016) descreve sua organização em três níveis: no primeiro é feita a descrição do contexto geral e do processo histórico no qual o lugar se insere; no segundo, apresenta-se a história institucional do lugar; e, por fim, oferece-se uma reprodução das narrativas e memórias dos sobreviventes sobre as experiências traumáticas vividas ali. Essa lógica de organização conformou um modelo que é frequentemente aplicado nas curadorias de diversos lugares de memória ao redor do mundo atualmente, orientando, inclusive, o projeto de curadoria do *Sítio de Memória ESMA*.

Com base nas referências teóricas, históricas e analíticas articuladas para esta pesquisa, as visitas e análises da curadoria e dos conteúdos em ambos os locais escolhidos foram orientadas por um conjunto de perguntas, apresentadas abaixo. O roteiro foi elaborado e utilizado com o objetivo de direcionar a atenção da pesquisadora aos pontos centrais e transversais sobre as narrativas históricas apresentadas e as fontes e mecanismos utilizados para construí-las por cada uma das curadorias analisadas. Ao longo da pesquisa, especialmente quando o fechamento do Museu do Bicentenário impossibilitou a visita *in loco*, algumas perguntas do roteiro sofreram alterações. Porém, como as mudanças foram pequenas e este continuou orientando as análises do conteúdo audiovisual que compunha a exposição, segue sendo válido transcrevê-lo aqui em sua versão original.

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A “LEITURA DE CURADORIA” E A ANÁLISE DE CONTEÚDOS

1. Quais são as fontes primárias utilizadas pela curadoria (documentos, testemunhos, vídeos)?
2. Como é construída a narrativa sobre o passado no museu? Ela é linear e retilínea ou multidimensional? É mais pautada pela memória ou pela história? Pela história de grande circulação ou pela história acadêmica?
3. Como são utilizados os recursos midiáticos (filmes, projeções) na curadoria? Que efeito provocam no visitante?
4. Quais são as diferenças entre as duas curadorias causadas pelo fato de a ESMA ser mais propriamente um lugar de memória e o *Museo del Bicentenario* ser um museu focado na história nacional?
5. Como são dispostos os elementos do museu no espaço? Que efeito a disposição provoca no visitante?
6. Quais são os consensos de ambas curadorias sobre o passado ditatorial? Quais são as diferenças em relação a como esse passado é representado nos dois museus?
7. A memória tem uma dimensão exemplar e a história pública também frequentemente tem uma função pedagógica. Quais são as “lições” que os dois museus transmitem ao visitante sobre o passado ditatorial e como lidar com ele no presente?
8. Quais são as memórias retratadas e quais são os esquecimentos presentes em ambas as curadorias? Como estão presentes as “memórias do Nunca Más” e as “memórias da militância”? Como estão representados o esquecimento dos crimes da guerrilha e a figura do desaparecido?

4.3. Uma leitura da curadoria do lugar de memória no antigo centro clandestino de detenção ESMA

A inauguração do *Sitio de Memoria ESMA* em 2015 – mais de 10 anos depois da saída efetiva dos militares e da criação do ente jurídico *Espacio Memoria y Derechos Humanos (Ex-ESMA)* pelo Governo Néstor Kirchner – representou a instalação de uma curadoria específica para o local, mantida por uma equipe própria para este fim vinculada ao Estado. Esta demora para destinar o lugar se explica, em grande parte, pela disputa existente entre instituições e organizações com projetos diferentes, entre elas as Secretarias do Estado, a *Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, as Mães da Praça de Maio e os H.I.J.O.S.. Neste sentido, as medidas dos Governos Kirchner para viabilizar a utilização pública do espaço, como a criação de um museu, deram início a um

debate público intenso sobre as intervenções apropriadas para o ex-centro clandestino de detenção. Outra preocupação central era definir uma forma viável e um fio condutor para a narrativa que apresentaria os testemunhos de sobreviventes e quais outros elementos poderiam compor a exposição.

Assim, a equipe curadora enfrentou uma difícil tarefa para construir consensos entre diferentes grupos de interesse e seus graus de influência sobre as decisões a serem tomadas. Em sua palestra, Bizman (2016) relatou que foram necessárias constantes negociações com estas organizações e que várias ideias foram deixadas de lado pela equipe porque geraram resistência entre elas. Como exemplo, o curador fez referência à previsão no projeto original de diversos vídeos para projeção nas paredes dos espaços abertos à visitação, dos quais são mostrados apenas dois – de início e encerramento da exposição – devido à protestos da *Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos* sobre o grau de intervenção adequado para aquele espaço. Em geral, a referida associação se posicionou de forma conservadora às intervenções propostas pela curadoria ao longo do projeto. Em espaços que simbolizam traumas sociais, como o caso ilustrado, há pelo menos dois fundamentos para abordagens mais conservadoras: a preservação do espaço e suas características daquele momento como lembrança contínua do ocorrido e do que não pode se repetir, e a ideia de solenidade da visita pública ao local, que visaria evitar que a curadoria utilizasse sons, imagens e objetos que pudessem alterar este aspecto da experiência.

Em relação à equipe curadora do *Sitio*, é relevante destacar que a diretora – Alejandra Naftal – foi sequestrada durante a ditadura. A escolha de uma *desaparecida* como curadora-geral indica a adoção consciente de uma perspectiva mais próxima à memória subjetiva. Essa escolha também coloca em evidência o fato de que a ESMA é primordialmente um “museu de sítio”, marcado, como lugar de memória, pelas vivências, usos e representações simbólicas do próprio espaço, diferentemente de um museu histórico. Neste sentido, os demais integrantes da equipe responsável pela curadoria são formados em museologia, comunicação, design e arquitetura, não incluindo historiadores ou arquivistas, como é comum entre museus tradicionais.

Para analisar as fontes históricas selecionadas pelos curadores para compor a exposição, é importante reconhecer que a escassez de documentos disponíveis

impôs sérias limitações à equipe. Isto pode ser atribuído ao tempo que os militares tiveram, inclusive depois da redemocratização, para destruir documentos comprometedores e esconder evidências materiais dos crimes no prédio da ESMA. Assim, não há quase nenhuma documentação referente à “burocracia clandestina” que registrava, não se sabe até que ponto, atividades como perseguições, sequestros, torturas e assassinatos. Essa escassez de documentação do período faz com que os testemunhos sejam a principal, quando não a única, fonte disponível para reconstituir e representar o que ocorreu “nos porões da ditadura” e nos sótãos da ESMA. Isto contribuiu para a centralidade do testemunho na reconstituição do ocorrido e na configuração da memória argentina, que está no centro da problematização feita por Sarlo (2007) quando a autora discute a “guinada subjetiva” da história. Ademais, essa eliminação de vestígios físicos e documentais do ocorrido durante a ditadura em locais como a ESMA, gerou um “vazio” tão significativo que exigiu que a curadoria criasse formas de transmitir a memória dos *desaparecidos* com intervenções diversas. No entanto, a referida resistência de grupos interessados na questão, obrigou-os a pensar formas não-invasivas de evocar esta memória. Um exemplo citado por Bizman (*Op. cit.*) é a estrutura translúcida na parte externa do prédio onde fica a exposição, retratando os rostos dos militantes assassinados no local. Segundo o curador, a intervenção buscou preencher este “vazio” materializando e transmitindo ao visitante a memória dessas pessoas, que apesar de estar presente, não se reflete em quase nenhum outro elemento físico do espaço.

Neste contexto, a curadoria do *Sitio de Memoria* baseou-se, principalmente, nos testemunhos de 200 sobreviventes dentre as aproximadamente 5.000 pessoas que estima-se terem sido aprisionadas na ESMA ao longo do período militar. A mostra reúne uma série de vídeos com depoimentos destas pessoas tanto no *Juicio a las Juntas* em 1985, quanto nos julgamentos da *Causa ESMA* entre 2007 e 2012. Além desses depoimentos, foram utilizados os arquivos do Ministério de Defesa, cuja confidencialidade foi desclassificada por Néstor Kirchner em 2003, as provas e manuais escolares da ESMA e diversas matérias de jornais da época. Outras fontes incluem alguns documentos de estratégia militar, como convênios assinados entre o exército argentino e o francês, que elucidam as alianças transnacionais feitas para

combater a “subversão” e textos produzidos pela Agência de Notícias Clandestinas (ANCLA), uma organização de denúncia fundada no ano do golpe pelo escritor Rodolfo Walsh, que depois foi assassinado pelos militares. Dentre as fontes expostas, uma das mais interessantes e únicas é o *Informe Basterra*, produzido pelo trabalhador da indústria gráfica Víctor Basterra, sequestrado em 1979 e levado para a ESMA. Durante seu cativeiro, Basterra foi obrigado a produzir retratos dos militares para usos diversos, como falsificar documentos e gerar registros. Apesar dos riscos, Basterra reuniu uma cópia de cada foto que tirou dos repressores, além de fotos do espaço, e conseguiu guardá-las consigo até ser libertado. Entre suas fotografias, também está a de uma ficha que os militares utilizavam para cadastrar os detentos – um tipo de documento produzido por essa “burocracia clandestina” que só é conhecido através do registro de Basterra.

Como mencionado na seção 4.2, a curadoria da exposição do *Sitio* segue a mesma lógica explicitada por Christian Dürr (2016) em sua palestra sobre o Memorial de Mauthausen: primeiro, a exposição oferece um panorama histórico geral sobre a ditadura ao visitante, depois apresenta a história institucional da ESMA e, por fim, expõe os testemunhos de sobreviventes, como as memórias subjetivas das vivências traumáticas vividas ali. Para dar conta da primeira dimensão, que tem o objetivo de inserir o período ditatorial no processo histórico argentino, explicando principalmente os antecedentes do golpe militar, a visita guiada inicia com um vídeo de 15 minutos que é projetado em três paredes da sala de entrada. O vídeo, no qual não há narração, apresenta uma série de imagens da época editadas junto com falas de políticos, manifestantes e jornalistas de TV ou rádio. Sobre as imagens, são sobrepostas manchetes de jornais da época e frases de efeito que a curadoria escolheu destacar como “o terror é não saber de onde vem o medo”.

O vídeo faz uma recapitulação histórica que começa no golpe militar de 1930, passando pela aclamação popular de Perón em 1945, pela Revolução Libertadora que o retirou do poder em 1955, pelas ditaduras de Onganía, Levingston e Lanusse e pelos movimentos de resistência a elas como o *cordobazo*, até chegar ao governo de Isabelita Perón e ao golpe militar de 1976. Na representação do período ditatorial, são enfatizadas as figuras do General Rafael Videla e do Ministro de Economia durante a ditadura, Martínez de Hoz. O

primeiro aparece, entre outras cenas, em uma reprodução ecoada da frase célebre em que nega a existência dos sequestros dizendo “é um *desaparecido*, não tem identidade, não está”. Outro exemplo desta ênfase é a sobreposição de discursos do referido Ministro da Economia sobre suas reformas econômicas e a projeção de imagens e palavras remetendo à problemas sociais decorrentes do modelo neoliberal adotado como “desemprego” e “fome”. Por sua vez, a parte seguinte do vídeo, intitulada “as resistências”, foca primordialmente no movimento das Mães da Praça de Maio, sem retratar as múltiplas frentes de oposição à ditadura que existiram na época. Neste mesmo sentido, também estão subrepresentadas no vídeo as medidas de repressão cultural e seus desdobramentos, mostrando apenas alguns ícones culturais como Mercedes Sosa (cantora) e Cortázar (escritor), que aparecem de relance.

Baseando-se nas reflexões de Huyssen (2014) para analisar a narrativa apresentada pelo vídeo, os crimes da guerrilha na década de 1970 aparecem como parte do esquecimento, não por estarem totalmente ausentes, mas por não serem reconhecidos como fator determinante na conjuntura social e nas disputas políticas da época. Neste sentido, as guerrilhas são retratadas em dois momentos: no contexto rural, apenas como foco da repressão militar na área de Tucumán, sem mostrar seu processo de formação ou suas atividades e, no contexto urbano, através de uma manchete de jornal sobre o assassinato de Aramburu pelos *Montoneros*, sem que outras ações promovidas por este e demais grupos opositores sejam mencionadas. Ainda, a opção de incluir cenas dos líderes da Revolução Cubana Che Guevara e Fidel Castro no vídeo faz parte da estratégia da curadoria para mostrar ao visitante como era comum naquela época promover a luta armada para fins políticos – noção que é reiterada pelas falas das guias. No entanto, a edição fragmentada do vídeo e os artefatos de som e imagens utilizados, remetem à uma justificação dos crimes da guerrilha pela sua associação à lutas transnacionais por justiça social, em detrimento de uma apresentação crítica e mais imparcial dos fatos que levaram às lutas e à instauração do regime militar. Esta última alternativa, comprometida com a inserção histórica do visitante no contexto sociopolítico da época, abrangeria os principais movimentos e grupos envolvidos nas disputas políticas e armadas, evidenciando suas divergências e

ligações, suas estratégias e assimetrias de força, entre outros aspectos que explicassem a conjuntura social argentina antes do golpe militar de 1976.

Aprofundando o debate sobre as escolhas da curadoria para a seção dedicada à contextualização histórica, nota-se que a narrativa apresentada através do vídeo abrange um período extenso em detrimento da inserção mais detalhada da ESMA em seu contexto sociopolítico antes, durante e depois do uso clandestino dado durante a ditadura. Ao abarcar seis décadas de uma história muito complexa em apenas 15 minutos, o resultado do vídeo é uma abordagem superficial e que, por vezes, confunde o visitante com a sobreposição de eventos e momentos históricos de forma desconexa, especialmente não reflete adequadamente o tempo transcorrido ou outros acontecimentos entre estes. Outro resultado desta opção é a rapidez do vídeo e a limitação para transmitir informações históricas, que dificulta para o visitante a leitura de frases projetadas e a assimilação dos personagens e referências históricas apresentados. Assim, a dimensão didática do vídeo ficou comprometida por sobressaírem os efeitos apelativos utilizados, como ecos, músicas de fundo e a edição fragmentada de estímulos visuais – expondo o objetivo da projeção de impactar emocional ou subjetivamente o visitante.

Um paralelo interessante é a análise do caso alemão por Huyssen (2014) quando trata da ampla recepção do livro *Der Brand* [O incêndio] de Jörg Friedrich (2002). Escrevendo sobre os traumáticos bombardeios das cidades alemãs pelos Aliados na Segunda Guerra, Friedrich (*Op. cit.*) aborda um tema que até então estava relegado ao esquecimento, por ter sido instrumental para a construção da memória do Holocausto e do consenso nacional crítico ao nazismo. Em sua análise, Huyssen (*Op. cit.*) destaca que a publicação do livro teve um grande impacto mediático e suscitou a exibição televisiva de imagens dos bombardeiros nunca antes vistas pela população alemã. Porém, o autor enfatiza que o fascínio despertado pelo livro só pode ser totalmente compreendido à luz do seu lançamento concomitante ao frenesi midiático sobre os bombardeios norte-americanos e da OTAN em Bagdá, Iraque (2003). Criando um efeito de simultaneidade entre os acontecimentos passados e presentes no imaginário alemão, a vívida descrição da experiência e do sofrimento na narrativa de Friedrich foi combinada à exibição televisivas de imagens do bombardeio das

idades alemães na II Guerra e do atual bombardeio de Bagdá, criando uma “analogia histórica simplista” que apaga as evidentes diferenças entre os dois contextos. Huyssen (2014, p. 172-173) descreve esse efeito nas seguintes palavras:

A proximidade do tipo de escrita da história feito por Friedrich, concentrado na experiência, combinada com a falsa impressão de simultaneidade gerada pelas imagens visuais, produz uma memória visceral que já não permite a comparação e a avaliação sóbrias. Em vez disso, temos uma nova forma de mediação para vivenciar outros tempos e espaços em que o passado imaginado é projetado na tela do presente. (...) O efeito do livro de Friedrich – intencional ou não – é fazer desaparecer a lacuna entre o passado e o presente, eliminando diferenças políticas fundamentais: os Estados Unidos e a Inglaterra bombardeiam e os civis sofrem – uma analogia histórica simplista e falaciosa entre o passado alemão e o presente iraquiano (...) Sempre e inevitavelmente, há muito esquecimento arraigado nessas analogias históricas simplistas.

Apesar de não ter o caso argentino em mente quando fez essas colocações, a noção de “memória visceral” de Huyssen (*Op. cit.*) pode ser utilizada para analisar o efeito criado pelo vídeo projetado nesta seção do *Sítio de Memoria*. A rapidez com que imagens desconexas de momentos históricos diferentes aparecem e desaparecem nas paredes, combinadas com músicas e slogans impactantes como “o terror é não saber de onde vem o medo”, provocam no visitante uma reação semelhante à descrita pelo autor. Neste sentido, é através da sensação de medo provocada pela projeção que o visitante é transportado para os anos da ditadura, colocando-o em um estado emocional que simula a “vivência” daquele passado retratado. No entanto, este deslocamento do visitante não parte de uma ancoragem destes em fatos encadeados ou diretamente ligados ao lugar – a ESMA – nem permitem que o primeiro assimile e acomode as informações contidas no vídeo, comprometendo a compreensão crítica deste passado (Huyssen, 2014, p. 173).

Mesmo considerando que, por natureza, não cabe às curadorias de “museus de sítio” a retratação da dimensão histórica em sua completude e complexidade, como espera-se de “museus históricos” tradicionais, o recorte temporal e o formato do vídeo acabam criando uma narrativa peculiar. Sem narrador ou linearidade temporal, o vídeo constrói uma versão coesa das mudanças políticas na Argentina que sustenta visões simplistas e dicotômicas entre direita e esquerda, heróis e vilões, entre outras oposições binárias que não refletem a complexidade das conjunturas históricas. Além da aproximação entre as imagens do passado e as sensações que o vídeo causa no presente, outros aspectos que reforçam a ideia de

continuidade entre o período ditatorial e as primeiras duas décadas da redemocratização, como a ênfase no modelo econômico, serão explorados mais à fundo na seção sobre o Museu do Bicentenário, como parte central da narrativas das “memórias de militância”.

A exibição do vídeo é seguida da sala contendo a exposição sobre a história institucional da ESMA, que abarca a segunda dimensão da curadoria de “museus de sítio” destacada por Dürr (2016). Como explicitou Bizman (2016), o fio condutor que norteia essa parte da exposição é o duplo funcionamento da ESMA durante a ditadura, operando oficialmente como escola militar e clandestinamente como centro de detenção. Essa chave de compreensão também pode ser usada para pensar o duplo funcionamento da burocracia no Estado ditatorial, que foi mencionado acima. Nesta sala está exposta a maioria das fontes não testemunhais da exposição, como a planta do complexo de prédios da ESMA, manuais e documentos da escola militar, convênios com exércitos franceses e norte-americanos para o treinamento em técnicas de combate contra “subversivos”, entre outros elementos que explicam a conformação ideológica das Forças Armadas argentinas.

Em seguida, o visitante sobe do primeiro andar para o antigo setor denominado *Capucha*, onde eram de fato mantidas as pessoas sequestradas e para o sótão, referido como *Capuchita*, onde funcionavam as salas de tortura e a parte de inteligência. Como os principais locais onde foram vividas as experiências traumáticas, a visita à estas salas abrange a terceira dimensão descrita por Dürr (2016), relativa às memórias subjetivas dos *desaparecidos*. Seguindo a orientação atual para curadoria desse tipo de espaço, não foi realizada nenhuma recriação dos instrumentos e móveis que estariam presentes na época, mantendo as salas vazias. Nas paredes, a projeção da gravação audiovisual dos depoimentos dos sobreviventes narram em primeira mão a experiência traumática ali vivida, produzindo um efeito impactante e uma atmosfera solene com as vozes contra o vazio do espaço. Nas salas seguintes, também destinadas à usos clandestinos de repressão, é mantida esta lógica de intervenção mínima e preservação do “vazio” por parte da curadoria, como na antiga maternidade para os filhos das *desaparecidas* nascidos em cativeiro, que agora possui painéis explicando a prática sistemática de sequestro destas crianças, que é o cerne do movimento dos

H.I.J.O.S.. Além dessas explicações, a curadoria escreveu no chão de uma dessas salas, com blocos de letras removíveis, a frase de uma sobrevivente: “Como era possível que neste lugar nasceram crianças?”. Ainda, a visita guiada leva o visitante ao setor denominado *Peceta* onde eram acumulados os bens roubados dos sequestrados, com os quais os militares chegaram a montar duas imobiliárias. Em sua palestra, Bizman (2016) contou que a equipe curadora tinha a intenção de fazer instalações infláveis de plástico para mostrar o volume e a quantidade de coisas roubadas armazenadas ali, mas essa ideia vetada pela *Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*. Neste sentido, é possível observar que as escolhas da curadoria da *Sitio de Memoria ESMA* teve como preocupação central o delicado equilíbrio entre a preservação e o preenchimento do “vazio” que caracteriza estes espaços e o seu papel na cristalização e difusão da memória sobre o terrorismo de Estado na Argentina.

Por fim, as duas salas finais são: o porão do prédio, onde os prisioneiros eram agrupados antes de serem “transladados” para os “voos da morte”¹² e o antigo salão de reunião dos militares. No primeiro, painéis explicam a lógica e o funcionamento do aparelho repressivo do Estado, incluindo o uso daquele espaço para torturas e falsificações de documentos. No último, a visita é encerrada com uma projeção de vídeo sobre a *Causa ESMA*, exibindo a frase “juízo e castigo a todos os culpados” em letras grandes na parede da frente e as fotos e fichas biográficas de cada militar processado nas duas paredes laterais. Em sobreposição à estas últimas são então projetados os termos “condenado”, “juízo em curso” ou “falecido”. Sobre isso, Bizman (2016) afirmou que o objetivo de enfatizar o tema da justiça na última sala é encerrar a visita com a noção consoladora de que os responsáveis pelos crimes cometidos na ESMA não estão impunes. Com essa estratégia, espera-se que o visitante saia do museu se sentindo fortalecido e não imobilizado.

Em suma, se analisarmos a curadoria da ESMA a partir das três dimensões propostas por Dürr (2016) para “museus de sítio”, é notável que esta foi bem sucedida na apresentação da história institucional, enfatizando o duplo funcionamento do espaço como escola e centro de detenção, e na representação

¹² “Voos da morte” é uma expressão que designa um método de assassinato no qual as vítimas eram sedadas e atiradas de um avião no Rio da Prata. “Transladados” era um eufemismo utilizado pelos militares quando estavam conduzindo os prisioneiros para essa morte.

das memórias subjetivas a partir dos testemunhos dos sobreviventes. No entanto, a dimensão referente à contextualização histórica não cumpre seu papel fundamental de inserir a ESMA no contexto mais geral da ditadura e da conjuntura sociopolítica e cultural argentina. Como discutido anteriormente, essa projeção pode ser problematizada e em geral não oferece ao visitante as ferramentas que possibilitam uma melhor compreensão dos múltiplos significados da ESMA enquanto lugar de memória. Por sua vez, se analisarmos a curadoria da ESMA como uma política de memória do Governo Cristina Kirchner, o vídeo projetado na introdução da visita cumpre um papel específico em difundir, através desse espaço, uma narrativa histórica conformada pelo movimento kirchnerista, que será aprofundada a seguir pelas análises dos conteúdos audiovisuais do Museu do Bicentenário.

4.4. Narrativas históricas e produção de conteúdos audiovisuais no *Museo del Bicentenario*

Inaugurado em 2011, o Museu do Bicentenário tinha como objetivo abarcar toda a história republicana argentina, desde a Independência em 1810 até 2010. Para empreender esse desafio, a curadoria adotou uma periodização que pautou a organização das diferentes partes da exposição, em que cada período era resumido em vídeos com duração aproximada de 10 (dez) minutos. Assim, antes que o visitante percorresse a sala dedicada à determinado período, para observar os demais itens e materiais expostos sobre a época, era exibido um vídeo oferecendo uma narrativa geral sobre seus principais eventos e personagens históricos. Como a realização da "leitura de curadoria" dos museus escolhidos pela pesquisa foi realizada quando este já fechado, a alternativa encontrada foi analisar o material contido nesses "vídeos-síntese" da periodização da exposição que ainda estavam disponíveis no canal de YouTube do museu. Atualmente, até este canal foi retirado do ar. Assim, estes vídeos foram tomados como fonte principal para analisar a narrativa que a curadoria original do Museu do Bicentenário buscou construir. Tendo em mente que o objeto da investigação é a construção da memória sobre a última ditadura militar (1976-1983), essa seção analisará somente os últimos seis vídeos que compunham a exposição, abarcando o período entre 1968 e 2010.

É relevante notar que os vídeos que compõem a exposição do Museu do Bicentenário são muito similares àquele projetado na primeira sala do *Sitio de Memoria ESMA*, em termos do formato e sua edição, da estética geral, das fontes de conteúdo e dos efeitos audiovisuais utilizados. Em ambos os casos, os vídeos são compostos por uma seleção de imagens da época que, através de técnicas de edição, são sobrepostas com frases e manchetes, músicas de fundo, entre outros elementos que, articulados, constroem uma narrativa – ainda que sem narrador – pelos cortes e sequências do conteúdo apresentado. Embora o presente estudo não tenha como verificar se os vídeos foram produzidos pela mesma agência, é certo que estes seguem as mesmas lógicas e padrões, evidenciando uma relação direta entre a narrativa histórica apresentada no *Sitio de Memoria ESMA* e a que será analisada a seguir como parte do Museu do Bicentenário, ambos expoentes de uma narrativa "oficial" conformada pelos Governos kirchneristas, que os inauguraram.

Para empreender esta análise, a "leitura da curadoria" restrita aos vídeos buscou atentar a certos aspectos transversais a todo o conjunto, como: a linguagem e mensagens contidas nas frases destacadas, sejam estas títulos, legendas, manchetes ou encerramentos; a articulação das imagens selecionadas com efeitos audiovisuais, como sobreposições diversas, músicas de fundo, ecos, jogos de luz, entre outros; e os temas recorrentes e suas associações diretas ou indiretas, como a política econômica, a militância da juventude, e a oposição entre heróis defensores do povo e da pátria e inimigos defensores das oligarquias e dos interesses do capital estrangeiro, entre outros. Para cada vídeo, porém, as análises também focam nas escolhas realizadas pela edição em termos de quais eventos retratar e como, buscando perceber quais são os contornos da narrativa histórica elaborada e porque estes seriam relevantes para a autorepresentação do movimento kirchnerista.

1º VÍDEO: “A resistência Peronista. Organizações políticas e sociais. Juventude e sindicatos.” (1968-1973)

O vídeo que abrange o período de 1968 à 1973 foi escolhido como o primeiro a ser analisado por representar importantes antecedentes do golpe militar que instaurou a última ditadura (1976-1983) da história argentina. Em termos de periodização, é interessante notar que a curadoria escolheu iniciar este recorte

temporal em 1968 para tratar do contexto das ditaduras de Onganía (1966-1970), Levingston (1970-1971) e Lanusse (1971-1973). Neste sentido, é possível deduzir – reforçado pelo título do vídeo – que esta opção tem a intenção de privilegiar um ano marcante para os movimentos operários e de juventude na arena política internacional, 1968, em detrimento do ano de início da primeira ditadura referida, em 1966. Naquele contexto, Juan Domingo Perón, figura histórica da formação política argentina e presidente do país entre 1946 e 1955, encontrava-se exilado, liderando, mesmo à distância, a oposição aos governos que o sucederam¹³ durante as duas décadas seguintes.

Neste contexto autoritário, o vídeo retrata a repressão promovida pelo Estado na época sinteticamente com legendas que se referem à “Doutrina de Segurança Nacional” e à noção de “inimigo interno” que os militares atribuíram aos militantes “subversivos” e grupos guerrilheiros de esquerda, incluindo adeptos do peronismo. No entanto, a ênfase deste vídeo – dada pela seleção das imagens e sua sobreposição com frases ou termos em destaque – recai sobre a “mobilização popular” e as manifestações de rua, como o emblemático *Cordobazo*¹⁴ em 1969. Na narrativa proposta, a representação da “Juventude” como um ator social, coeso e autônomo, é diretamente associada às lutas por justiça social, lideradas pelo peronismo. Com trechos de um discurso dado por Perón no exílio, são destacadas a potência da juventude e o uso justificado da violência naquelas circunstâncias como forma legítima de lutar contra os abusos e injustiças que estavam ocorrendo. Essa ideia é reforçada por uma manchete que diz “o povo não escolhe a violência, luta pela justiça” e pela noção do surgimento de “uma nova geração de militantes de esquerda”.

¹³ Entre o exílio de Perón em 1955 e a instauração da ditadura de Onganía em 1966, a Argentina viveu uma sucessão de governos civis interrompidos por ditaduras militares: a “Revolução Libertadora” liderada pelas Forças Armadas, a qual seguiu a ditadura de Pedro Eugenio Aramburu (1955-1958) que proscreveu o Partido Justicialista, que era liderado por Perón; o governo civil de Arturo Frondizi (1958-1962), que apesar de ter sido oposição à Perón no Governo, teve seu endosso para eleger-se, mas ao legalizar novamente o Partido Justicialista, é deposto pelas Forças Armadas; o período de instabilidade política e organização de novas eleições sob o Governo Interino do Presidente do Senado, José María Guido (1962-1963); e o governo eleito de Arturo Illia (1963-1966), que garantiu a participação de partidos antes proibidos, como o Justicialista e o Comunista, em eleições.

¹⁴ Nome pelo qual ficou conhecida a insurreição popular composta principalmente por estudantes e operários sindicalizados que tomou as ruas da cidade de Córdoba em 1969 e foi um dos fatores que provocou a derrocada da ditadura de Onganía no ano seguinte.

Assim, esta narrativa, como é típico dos discursos conformados pelas “memórias de militância”, retrata disputas históricas complexas e multilaterais como lutas dicotômicas em que um dos lados representa a "justiça" e o outro, a "injustiça". Este tema é central no imaginário simbólico do peronismo, que até então era representado pelo *Partido Justicialista*, e de grupos de esquerda que até então se filiavam a esta corrente, como os *Montoneros*, que se referiam aos assassinatos cometidos por motivações políticas como *ajusticiamientos*. É neste sentido, portanto, que não é possível afirmar a existência de um completo esquecimento dos crimes da guerrilha na narrativa apresentada, uma vez que são exibidas referências ao assassinato do General Aramburu, que comandou a ditadura dos anos 1955-1958, pelos *Montoneros* em 1970, e à mais de uma operação do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), ambos grupos engajados na luta armada. O que nota-se, porém, é a elaboração de um discurso que associa a violência empregada pela oposição aos Governos autoritários ao ideal de "justiça social" que, em última instância, legitima a primeira.

O vídeo se encerra com frases referentes às mudanças na conjuntura política naquele momento, que culminam com a ascensão de Héctor Cámpora como líder do movimento peronista, que pertencia às alas de esquerda do Partido Justicialista e havia atuado como um dos principais emissários de Perón na Argentina durante seu exílio. Citando-o o vídeo exibe a frase: “No contexto autoritário, setores da juventude começaram a considerar a luta armada como ‘método de mudança’”, sintetizando a referida associação entre jovens e violência justificada, ao mesmo tempo apoiando e sendo apoiada pela causa social peronista.

2º VÍDEO: “Do governo popular ao golpe” (1973-1976)

Com a introdução da figura de Héctor Cámpora no final do vídeo anterior, a narrativa histórica é retomada no momento em que o General Lanusse é pressionado a organizar eleições presidenciais democráticas em 1973. Com Perón exilado, o vídeo inicia com a vitória de Cámpora como símbolo do retorno do peronismo ao poder por vias populares e do fim, ainda que temporário, da perseguição militar de quase duas décadas ao Partido Justicialista. Como marco desta mudança de rumos, são exibidas referências à anistia imediatamente promovida por Cámpora aos presos políticos majoritariamente peronistas,

condenados por atuar durante a proibição do referido partido¹⁵. Neste sentido, o curto período abrangido por este vídeo é central para a análise de como a narrativa kirchnerista representa os antecedentes imediatos da ditadura de 1976-1983 e suas contradições.

Além de possibilitar o retorno de Perón à Argentina e do peronismo ao poder, o governo popular de Cámpora, como o próprio título do vídeo alude, é retratado por meio de imagens de desenvolvimento industrial e pessoas trabalhando, sobrepostas com uma música agradável e legendas usadas para caracterizar seu projeto econômico como “aumento de salários” e “empresariado nacional”. Destacando a figura do Ministro da Economia, José Ber Gelbard, com trechos de discursos em que critica o imperialismo e afirma que “a pátria não pode ser vendida”, a narrativa reforça a associação entre o projeto político peronista, especialmente de sua ala à esquerda, e um sentido de nacionalismo. Essa referência à prosperidade nacional, porém, não reflete a brevidade do Governo Cámpora, que durou apenas três meses. Isto evidencia a escolha da narrativa por exaltar conquistas econômicas que normalmente levam mais tempo para se consolidarem, como alterações estruturais ao mercado de trabalho e aos mercados internos de consumo.

Em contraste à ênfase dada ao mandato curto de Cámpora, a representação dos eventos históricos ocorridos entre 1973 e 1974, quando Perón morre, é marcadamente pontual e descontextualizada. Neste sentido, a narrativa do vídeo não explica, nem atribui relevância à desintegração da base de apoio peronista durante estes anos e à violência ocorrida entre as alas à direita e à esquerda do próprio movimento. Isto é evidenciado pela representação de três momentos exemplificativos deste conflito que aparecem no vídeo desta forma: o Massacre de Ezeiza¹⁶ em 20 de junho de 1973, que interrompe bruscamente a harmonia atribuída ao Governo Cámpora e marca o retorno de Perón à Argentina depois de 18 anos exilado; o assassinato do sindicalista José Ignacio Rucci pelos *Montoneros* também em 1973, como representante da burocracia sindical de

¹⁵ O Partido Justicialista ficou proscrito entre 1955 e 1973, tendo a proibição revertida momentaneamente em 1962 e 1965, sob os governos civis de Frondizi e Illia, respectivamente. Vide nota de rodapé 14.

¹⁶ No Aeroporto Internacional de Ezeiza, em Buenos Aires, enquanto milhões de pessoas aguardavam a chegada de Perón do exílio, incluindo grandes números de militantes de grupos de esquerda, atiradores de elite pertencentes às alas de direita do movimento peronista promoveram um ataque que resultou em pelo menos 13 mortes (VERBITSKY, 1985).

direita; e a ruptura aberta entre estes e Perón no ato do Dia do Trabalhador em 1974, sobre a qual são exibidas imagens impactantes que mostram Perón condenando a luta armada em seu discurso na ocasião e uma massa de *Montoneros* abandonando a Praça de Maio.

Com a renúncia de Cámpora ainda em 1973 para que Perón fosse eleito em uma chapa composta com sua segunda mulher, María Estela Martínez de Perón, conhecida como "Isabelita", o vídeo representa a morte do presidente argentino como um momento de comoção nacional, como de fato foi. Neste momento da narrativa, é notável uma mudança na atmosfera proposta pelo vídeo, que se torna mais séria e obscura. Esta transição é central para a representação do Governo de Isabelita (1974-1976), figura diretamente associada à Perón, como desatrelado ao movimento peronista. Para isso, é enfatizada a ascensão de José Lopez Rega como símbolo da guinada à direita que precedeu o golpe militar. Integrante do grupo paramilitar *Triple A*, ao qual se atribui o Massacre de Ezeiza, entre outros atos de violência, Lopez Rega é tratado como o ministro mais poderoso do gabinete de Isabelita, uma figura macabra e maquiavélica, apelidado de “o Bruxo”. Enquanto Isabelita é retratada como ingênua e despreparada, Lopez Rega é apontado como responsável pela indicação do novo Ministro de Economia, Celestino Rodrigo, que levou a cabo um ajuste fiscal extremamente impopular que ficou conhecido como *Rodrigazo*, com consequências desastrosas para as condições financeiras dos argentinos que mobilizaram uma série de manifestações ao redor do país. Uma sequência de cenas de policiais atacando manifestantes em protesto contra o *Rodrigazo*, sobrepostas por manchetes de jornal sobre a repressão da guerrilha de esquerda na área rural de Tucumán, o tema da violência de Estado é introduzido como transição para o golpe de 1976, que encerra este vídeo.

As frases exibidas ao final deste vídeo, que orientam as interpretações da narrativa, reforçam pelo menos dois temas recorrentes nos diferentes períodos retratados: a juventude, quando indicam que sua presença “como ator central da política é uma característica da época” e a centralidade das medidas econômicas, quando afirmam que as políticas do *Rodrigazo* “representaram o primeiro ajuste estrutural da economia argentina, mas não o último”. Ainda, destaca-se que a narrativa – ao não tratar das dissidências dentro do movimento peronista antes da

morte de Perón – atribui à morte deste o enfraquecimento de sua base aliada, afirmando que: “Sem a presença do líder, o enfrentamento interno recrudescu”. Na análise dos dois primeiros vídeos, portanto, já é possível perceber o papel central que alguns aspectos e temas assumem na narrativa histórica proposta pelo museu.

3º VÍDEO: “A ditadura, as desapareições e a destruição do tecido social e produtivo” (1976-1983)

Retomando a ênfase final do vídeo anterior, representações de Lopez Rega como responsável pelo recrudescimento durante o Governo de Isabelita, caracterizada como despreparada, mas leal em seu amor por Perón e pelo povo argentino, são editadas junto à imagens do exército nas ruas. Cenas dos comandantes Videla, Massera e Agosti são então sobrepostas com um comunicado oficial anunciando a tomada do poder por esta Junta Militar. Em seguida, a exibição de uma capa do jornal *Clarín* se refere entusiasticamente o “novo governo”, introduzindo o tema da mídia, que se tornou notório durante o Governo Cristina Kirchner¹⁷. Mais adiante no vídeo, o apoio da Sociedade Rural Argentina ao regime militar é enfatizado com imagens de um ato oficial e trechos de um discurso do então presidente das Confederações Rurais Argentinas, que são outro ponto sensível nas relações políticas do Governo de Cristina¹⁸. O reconhecimento do apoio de empresas como o Grupo Clarín e de organizações como a Sociedade Rural condiz com a recente tendência historiográfica de analisar a base de apoio civil das ditaduras militares latino-americanas. No entanto, ainda que não seja possível, nem analiticamente interessante, negar que atores sociais como estes apoiaram a ditadura, cabe ressaltar que são citados no vídeo especificamente aqueles com os quais o Governo Cristina Kirchner engajou em disputas diretas, dentre várias empresas e organizações que fizeram o mesmo.

Seguindo os temas recorrentes nos vídeos anteriores, a ênfase na reestruturação econômica e na violência de Estado promovidas pela ditadura é

¹⁷ Em 2009, a então presidente promulgou a Lei nº 26.522, conhecida como Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, ou “Lei de Meios”, que desencadeou uma batalha jurídica entre o Governo e o Grupo Clarín.

¹⁸ A Sociedade Rural e a bancada ruralista são setores de forte oposição à Cristina Kirchner pelo menos desde 2008, quando um aumento dos impostos sobre exportações agrícolas gerou um boicote promovido pelos primeiros que desestabilizou o governo.

evidenciada pela referência no próprio título à “destruição do tecido social e produtivo”. Representada pela figura do Ministro Martinez de Hoz, à qual é dada a mesma relevância dos militares que comandaram a ditadura, a narrativa caracteriza a reestruturação pela projeção de termos como “privatização”, “desindustrialização”, “especulação financeira” e “encolhimento do Estado” sobre imagens que mostram as suas consequências sociais desastrosas, como pobreza e desemprego. A edição sobre este período também inclui um vídeo de propaganda produzido pelos militares na época da ditadura chamado “Ganhamos a Paz”, que defende o liberalismo econômico e atenta para os perigos da “subversão”.

Outro aspecto enfatizado pelo vídeo sobre a ditadura é introduzido com uma fala de Videla qualificando a ditadura como um “processo de reorganização nacional”, marcando a transição das medidas econômicas e para as ações nacionalistas e terroristas promovidas pelo Estado militar. Para retratar essa associação, a edição do vídeo intercala imagens da Copa do Mundo de 1978 com imagens de repressão policial e dos protestos das Mães da Praça de Maio. Neste sentido, constrói-se uma sequência que se inicia com o conflito pelas fronteiras na Patagonia com o Chile em 1978, retrata a ascensão do General Galtieri em 1981 e termina na Guerras das Malvinas, declarada no ano seguinte. Assim, fica evidente a constante preocupação dos militares com a integridade do território, das fronteiras e da soberania nacional e a utilização destes conflitos de cunho nacionalista como distrações sociais diante das ações clandestinas de sequestro, tortura e assassinato que promoviam internamente. Para reforçar a ideia das manipulações feitas sobre esses conflitos, o vídeo exhibe imagens dos soldados sofrendo nas Malvinas sobrepostas da célebre frase do General Juan Núñez: “Eu os posso assegurar que não passam frio, porque têm muitíssimos agasalhos, e vão voltar com alguns quilos a mais porque comem melhor que em casa”.

Talvez por seu fio condutor republicano do Museu do Bicentenário, a narrativa sobre a ditadura (1976-1983) proposta pelo vídeo retrata o processo de redemocratização iniciado em 1983 mais como uma consequência da derrota na Guerra das Malvinas, do que como resultado de pressões internas. No entanto, as mobilizações sociais não estão ausentes, representadas pela Marcha da Confederação Geral do Trabalho (CGT) realizada em 1982, que é o único grande movimento de oposição civil referido no contexto que levou à derrocada do

regime militar. Em relação às legendas apresentadas no final do vídeo, metade delas remetem às consequências do modelo econômico implementado, como o aumento da dívida externa e da inflação e o fechamento de fábricas, enquanto a outra metade trata das consequências da repressão estatal como a queima de livros, o sequestro de crianças e os aproximadamente 30.000 *desaparecidos*.

4º VÍDEO: “A recuperação democrática e seus limites” (1983-1989)

Referente ao Governo de Raúl Alfonsín, do partido tradicionalmente opositor ao peronismo, a UCR, o período referido como "recuperação democrática" é abertamente caracterizado pelo título como limitado. No entanto, para que esta crítica intrínseca na caracterização deste período marcante seja melhor compreendida, é preciso analisá-la à luz da filiação política do kirchnerismo às alas de esquerda do movimento peronista e de sua autorretratação como "verdadeira democratização", como será visto adiante. Nesta lógica, o vídeo inicia com a edição de vários trechos de discursos de Afonsín, nos quais o então presidente reafirma seus compromissos com a democracia e com uma política econômica protecionista e redistributiva. Em seguida, o vídeo retrata a iniciativa de Alfonsín em abrir as investigações da CONADEP e exibe imagens do *Juicio a las Juntas* que incluem tanto trechos dos testemunhos de sobreviventes, quanto do depoimento do General Massera, no qual afirma que as medidas violentas do Estado foram uma “guerra justa”. Sobressaem-se com ecos e efeitos a reação da plateia à leitura das sentenças e à icônica fala do promotor Julio César Strassera encerrando a acusação: “Quero utilizar uma frase que não me pertence porque pertence já a todo o povo argentino. Senhores juízes: *Nunca Más*”. Construindo um clima social festivo, o vídeo faz uma breve menção à produção cultural da época com imagens da cantora Mercedes Sosa e do filme *A história oficial* (1985) projetadas com a legenda “primavera democrática”. Porém, esse florescimento cultural aparece de forma descontextualizada por não ter sido introduzido anteriormente na narrativa como tema ou como foco da repressão durante a ditadura.

No entanto, a atmosfera positiva da narrativa é logo interrompida pela notícia da renúncia do Ministro de Economia, Bernardo Grinspun, como representação de uma guinada em relação ao projeto econômico original do Governo Alfonsín. A partir desta imagem, são editadas cenas que ilustram o

ajuste fiscal e monetário adotado pelo Estado, como a troca do “peso” pelo “austral” e a consequente piora da crise inflacionária. Retratando as naturezas econômica e política da instabilidade em meados da década de 1980, o vídeo mostra os levantes dos *Carapintadas* e a promulgação das Leis de Obediência Devida e Ponto Final por Alfonsín como tentativa de contê-los. Além disso, o vídeo exhibe cenas das greves da CGT como evidência da deterioração da base social aliada à derrubada do regime militar que possibilitou a vitória do Governo Alfonsín. Diante desse cenário caótico, Alfonsín decide antecipar as eleições presidenciais em 7 meses e o vídeo termina com a eleição do peronista Carlos Menem em 1989.

É importante ressaltar o desafio que a representação de Raúl Alfonsín representa para a narrativa kirchnerista. Responsável por importantes medidas amplamente reconhecidas e valorizadas pela sociedade argentina, a crítica à Alfonsín não é feita de forma direta, e sim pela sua retratação contraditória, aparecendo no início do vídeo como uma figura determinada e promissora e, ao final, como um líder acuado pela pressão dos militares e pela crise econômica. Nesta lógica, as legendas finais fazem um balanço do seu governo reconhecendo algumas leis que significaram avanços nos direitos civis mas também apontando o aumento da dívida externa, da inflação, da pobreza e das greves e paralizações. Essas frases de encerramento geralmente enfatizam novamente os principais acontecimentos e aspectos do período, mas no caso específico desse vídeo não foram reiteradas a existência do *Nunca Más* e do *Juicio a las Juntas*. Assim, é possível observar que a narrativa faz opções claras por não enfatizar grandes conquistas democráticas do período, que são atribuídas aos Governos de Néstor e Cristina Kirchner no sexto e último vídeo analisado.

5º VÍDEO: “O neoliberalismo” (1989-2002)

O período entre os Governos Alfonsín e Kirchner se refere ao mandato do ex-presidente Carlos Menem, entre 1989 e 2002. Cobrindo a crise econômica de 2001, que simboliza um divisor de águas na política argentina, este vídeo evidencia a centralidade do tema econômico nesta narrativa histórica. O primeiro aspecto enfatizado é a política econômica do novo presidente, sob a direção do Ministro Domingo Cavallo, que equiparou o peso ao valor do dólar. Um discurso no qual Martinez de Hoz aparece apoiando a Menem reforça a ideia de

continuidade entre o período da ditadura e os anos 1990. Algumas das mesmas legendas são utilizadas para descrever a economia em ambos esses momentos, tais como “privatização”, “desindustrialização” e “endividamento”. Na edição do filme, imagens do presidente discursando sobre crescimento econômico são justapostas à imagens da pobreza no país. Os indultos oferecidos por Menem aos chefes das juntas militares aparecem brevemente em meio a uma música solene, mas não são enfatizados.

Menem promoveu uma ampliação da Corte Suprema e uma reforma constitucional que possibilitou a sua reeleição 1995. O vídeo mostra Menem e Alfonsín juntos no “Pacto de Olivos” em 1993, construindo uma associação entre os dois. Como Carlos Menem é mal visto pela sociedade argentina em geral, essa associação contribui para denegrir a imagem de Raúl Alfonsín. Evidentemente, nem esse nem o próximo vídeo mencionam que Néstor Kirchner também fez um pacto com Menem para ser eleito em 2003¹⁹.

A narrativa passa rapidamente e de maneira confusa pelos governos de Fernando de la Rúa e Eduardo Duhalde no contexto conturbado da crise de 2001. Neste ano, incapaz de conter a mobilização popular, o governo instaura um Estado de sítio. O vídeo enfatiza imagens da repressão policial à essas manifestações e a última legenda diz que 39 cidadãos morreram nesse contexto. A ênfase na violência utilizada pelas forças estatais traça uma analogia entre a repressão policial das manifestações de 2001 e a repressão sistemática dos militares durante a ditadura, que pode ser qualificada como terrorismo de Estado. Reforçando essa narrativa de continuidade, a primeira frase que aparece no final diz: “O neoliberalismo, que abarcou as gestões de Menem-Duhalde e De la Rúa-Alvarez, foi a continuação em democracia das receitas econômicas da última ditadura militar”. As demais legendas pintam esse trágico cenário econômico: aumento do desemprego, da pobreza, da desigualdade, da dívida externa, queda da produtividade da indústria, dos salários do funcionalismo público, da aposentadoria. Nenhuma menciona os indultos e as leis de anistia, deixando claro que os editores atribuíram mais importância às políticas econômicas do Governo Menem do que às suas políticas de esquecimento.

¹⁹ Em 2003, Carlos Menem abandonou a corrida presidencial no segundo turno em favor de Néstor Kirchner.

6º VÍDEO: “A recuperação política, econômica e social: a pátria do bicentenário ”
(2003-2010)

Finalmente, o último vídeo que compõe a periodização estabelecida pela curadoria do Museu, cobre o período dos Governos de Néstor e Cristina Kirchner. O filme começa com uma montagem de imagens de manifestações de rua e repressão policial depois da crise de 2001, e uma legenda no canto da tela diz “um país em chamas”. No meio da multidão de pessoas com os braços erguidos em protesto, um homem estende a sua mão e Néstor Kirchner surge do outro canto da tela e a aperta. O cenário urbano que está no fundo da tela se dissolve e a imagem do aperto de mão continua agora projetada sobre um cenário de pobreza rural. Esse gesto – o aperto de mão – é uma referencia clara ao símbolo do escudo nacional argentino que também foi apropriado no escudo peronista.

Em seguida, é reproduzido o discurso de posse de Néstor Kirchner em que ele afirma: “Formo parte de uma geração dizimada, castigada com dolorosas ausências. Me somei às lutas políticas acreditando em valores e convicções que não penso deixar na porta de entrada da Casa Rosada”. Com essas frases, Néstor Kirchner se filiou a recém-conformada tradição das “memórias de militância”. A figura do *desaparecido* é referenciada com a palavra “ausências”, mas ela agora está inserida em um discurso de memória que reivindica a sua identidade política ao invés de escondê-la. Outro elemento importante desse discurso, que já foi mencionado aqui na análise das “memórias de grupo”, é o componente geracional. Néstor Kirchner se coloca em um lugar de onde ele fala por uma geração inteira que lutou contra a ditadura, e que ele agora chegou para redimir. Com uma música calma tocando no fundo, semelhante a que ambientou o período do Governo Cámpora, uma manchete de jornal anuncia que “Néstor inaugura seu estilo de governo” e legendas descrevem as medidas implementadas, tais como “reconstrução do Estado” e “reparação das instituições”²⁰.

Uma legenda que diz “memória, verdade e justiça”, lema que sintetiza essa luta desde a redemocratização, inaugura uma parte do vídeo que trata especificamente das políticas de memória implementadas pelo Governo Néstor Kirchner com relação a ditadura. Nesse segmento, a aliança do Governo com as

²⁰ Como exemplo dessa “reparação das instituições”, o vídeo menciona a reforma da Corte Suprema que havia sido ampliada no Governo Menem.

Mães da Praça de Maio é bastante enfatizada. São representados dois atos do presidente no dia 24 de março de 2004 cujas conotações simbólicas já foram analisadas na seção 4.1: o discurso em que anuncia a criação do lugar de memória na ESMA e a retirada do quadro do General Videla do Colégio Militar.

Em seguida, o vídeo volta a enfatizar as políticas econômicas do Governo, como a reestatização de empresas ligadas à infraestrutura e a cancelamento da dívida com o FMI, e os efeitos positivos destas, como o aumento do PIB e a queda do desemprego. Néstor aparece discursando sobre a distribuição de renda em um encontro da militância da *Frente para la Victoria* (FPV)²¹. A legenda “integração regional” surge enquanto aparecem imagens de Hugo Chávez e Evo Morales, enfatizando que o Governo Kirchner na Argentina se insere em um contexto mais amplo de emergência de uma “nova esquerda” na América Latina. Logo depois a legenda “soberania econômica” surge enquanto aparecem imagens de pessoas empunhando cartazes contra George Bush e manchetes de jornal anunciando que a Argentina rejeitou a proposta da ALCA.

A eleição de Cristina Kirchner em 2007 e o seu discurso de posse são reproduzidos com uma legenda que diz “confirmação do modelo”. A exibição de uma série de imagens de Néstor e Cristina juntos enfatiza essa ideia de continuidade que confere legitimidade ao governo da última. Afinal, o início de seu mandato foi marcado por algumas turbulências que o vídeo não deixa de retratar, como o “enfrentamento com as corporações”²², “a crise do campo”²³ e a “crise financeira internacional”. Mesmo em condições adversas, o vídeo mostra como Cristina deu continuidade a essa recuperação do Estado de bem-estar social, com melhorias na previdência e políticas de distribuição de renda como a *Asignación universal por hijo*²⁴. Outras medidas do governo que são retratadas incluem a reestatização das *Aerolíneas Argentinas*, a já mencionada “Lei de meios [de comunicação]” e a “Lei de matrimônio igualitário” que legalizou o casamento

²¹ Coligação com a qual Néstor Kirchner foi eleito pelo Partido Justicialista.

²² Essa legenda se refere a conflitos em 2008 entre o Governo Cristina Kirchner e alguns meios de comunicação e multinacionais. No vídeo a primeira empresa a aparecer é o Grupo Clarín, mas também aparecem Cablevision e Multicanal entre outras.

²³ Esse é o conflito já mencionado em 2008 entre o Governo e os sindicatos patronais rurais. É interessante constatar que a organização de militância *La Cámpora* é criada nesse momento mas por algum motivo ela não aparece no vídeo.

²⁴ Política de complementação de renda na qual a família recebe uma quantia definida por cada filho. A *Asignación universal por embarazo* [por gravidez] também é mencionada no vídeo.

gay. O vídeo termina representando as celebrações do bicentenário no dia 25 de maio de 2010, com imagens do povo festejando nas ruas enquanto uma legenda anuncia: “Há um novo amanhecer, uma nova Pátria”.

Convêm deter-se na análise das frases que aparecem no final porque elas de alguma forma conferem sentido à narrativa apresentada nos vídeos anteriores e encaminham as conclusões desta pesquisa. A primeira, por exemplo, afirma: “No período de 2003-2010 desenvolveram-se políticas de reparação dos danos de três décadas de neoliberalismo”. Esse enunciado evidencia um elemento central da narrativa elaborada pela curadoria do Museu: a construção de uma continuidade entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, que teria sido interrompida pela eleição de Néstor Kirchner em 2003. Um dos outros vídeos que compunham essa parte da exposição é intitulado “De 1976 à 2001”, reforçando abertamente essa noção de continuidade baseada na suposta permanência de um modelo econômico dito “neoliberal”. Não cabe à presente pesquisa problematizar o conceito de “neoliberalismo” nem julgar se ele pode ou não ser utilizado para descrever esse período. Pretende-se somente destacar que, na narrativa elaborada pela curadoria, o emprego da categoria “neoliberalismo” acaba homogeneizando a representação de trinta anos extremamente dinâmicos da história argentina. As reflexões de Nora (1993) e Sarlo (2007) expostas na seção 2.5 atentam para o fato de que narrativas totalizantes são construídas a partir da exclusão de todos os detalhes que contradizem a lógica escolhida como fio condutor. A afirmação generalizante de que foram “três décadas de neoliberalismo” desconsidera até acontecimentos que são mencionados nos vídeos anteriores, como o projeto protecionista e redistributivo do Ministro de Economia Bernardo Grinspun nos primeiros anos do Governo Alfonsín.

As demais legendas finais são dedicadas a enumerar as conquistas econômicas e sociais dos governos kirchneristas, tais como novos empregos e indústrias, aumento do PIB e diminuição da pobreza – consequências da implementação de “políticas de reconstrução do aparato produtivo e restituição de direitos trabalhistas e políticos”. O enunciado seguinte continua dizendo que essas políticas “conformam uma agenda de transformação social que se integra ao forte processo de democratização que se vive em toda a região”. Além de reiterar a referência à “nova esquerda” na América Latina, essa frase enfatiza a existência

de um “forte processo de democratização” e o emprego dessa terminologia não é despropositado. O título do quarto vídeo analisado nessa seção caracteriza a recuperação democrática iniciada em 1983 como “limitada”. Em contraposição à esta, o processo levado a cabo durante os governos kirchneristas aparece como a “verdadeira” democratização.

Tanto no aspecto econômico quanto no aspecto político, a construção de uma narrativa que estabelece uma continuidade desde o golpe em 1976 até a eleição de Néstor Kirchner em 2003 passa necessariamente pelo esvaziamento dos significados que o fim da ditadura em 1983 teve enquanto ruptura. A última legenda do vídeo conclui anunciando que 2010 foi o “oitavo ano consecutivo de crescimento econômico, o que constitui o maior ciclo de desenvolvimento em 200 anos de história nacional”. Novamente, não é relevante para a presente pesquisa entrar no mérito da veracidade ou não dessa afirmação. Basta constatar que a narrativa construída pela curadoria do Museu do Bicentenário abarca duzentos anos de história nacional e culmina no período kirchnerista, que é representado como o “maior ciclo de desenvolvimento” existente na Argentina desde a Revolução de Maio de 1810.

5. Conclusões

No último capítulo, foram apresentadas as principais análises desta pesquisa, que buscaram identificar como que as curadorias de dois museus – o *Sitio de Memoria ESMA* e o *Museo del Bicentenario* –, representando políticas de memória do Governo Cristina Kirchner, elaboraram narrativas históricas que configuraram a memória coletiva argentina sobre seu passado recente, e, especificamente, sobre a última ditadura militar (1976-1983). Embora tenha-se optado por ancorar o estudo destas narrativas históricas e discursos de memória em suas representações por curadorias de lugares específicos, é fundamental analisá-las à luz da inserção de ambos em uma rede simbólica muito mais ampla de difusão destas narrativas e discursos conformados pelo movimento kirchnerista. Essa rede de dispositivos e veículos de disseminação não é composta apenas por museus como instituições de história pública, mas também por meios de comunicação ligados ao antigo governo, pela propaganda de organizações militantes como a *La Cámpora*, por artigos publicados pelo *Carta Abierta*²⁵ e por pesquisas financiadas pelo Instituto Nacional de Revisionismo Histórico, entre outros canais. Esses discursos plurais são diferentes entre si mas compartilham elementos essenciais e ao se integrarem nessa rede passam a sustentar uma narrativa mais geral sobre a história argentina que então influencia a configuração da memória dominante no espaço público.

O Capítulo 2 apresentou os conceitos teóricos que permitiram desenvolver a análise das curadorias dos museus e das narrativas nelas elaboradas, a começar pela noção cunhada por Nora (1993) de “lugares de memória”. Tanto o *Sitio de Memoria ESMA* quanto o Museu do Bicentenário foram trabalhados enquanto “lugares de memória” nas suas dimensões material, simbólica e funcional, mesmo resguardadas as suas naturezas diferentes. O primeiro é mais propriamente um lugar de memória porque nele se viveram experiências traumáticas e o sequestro, a tortura e o assassinato foram praticados *in loco*. O segundo é um museu histórico tradicional mas pode ser considerado um “lugar de memória” especialmente porque possui a carga simbólica de ter sido inaugurado no momento do bicentenário e representar toda a história republicana argentina.

²⁵ Grupo de intelectuais que se reuniram em 2008, no mesmo ano de criação da *La Cámpora*, para apoiar o Governo Cristina Kirchner no contexto da crise com os setores agropecuários.

O conceito de Sarlo (2007) de “guinada subjetiva da história” auxiliou na reflexão sobre a centralidade do testemunho na reconstituição do passado ditatorial argentino, questão que representou um obstáculo para a curadoria do *Sitio de Memoria ESMA* que não foi completamente superado. Esse novo paradigma que reconstitui a história através da perspectiva do sujeito também transformou as formas narrativas utilizadas tanto na historiografia acadêmica quanto na história de grande circulação. Os museus trabalhados nessa pesquisa, enquanto instituições públicas que têm o objetivo de transmitir uma determinada narrativa histórica para uma grande quantidade de pessoas, podem ser considerados veículos dessa história de grande circulação.

Ainda no Capítulo 2, as reflexões de Nora (1993) e Sarlo (2007) embasaram a constatação de que as narrativas elaboradas pela história de grande circulação se aproximam das representações construídas pela memória porque ambas assumem a perspectiva subjetiva e são pautadas acima de qualquer outro fator pelas necessidades do presente e sentidos comuns do público que quer atingir ou do grupo que pretende representar. Foram destacadas algumas características dessa forma narrativa como a linearidade das relações de causa e efeito e a eleição de um princípio que opera como o fio condutor do processo histórico construindo uma representação totalizante que exclui elementos que destoam ou contradizem a lógica estabelecida. Toda essa bagagem conceitual foi utilizada para analisar as narrativas construídas no *Sitio de Memoria ESMA* e no Museu do Bicentenário. Em ambos, mesmo que mais claramente no último, o fio condutor da narrativa parece ser a política econômica e em relação a ela existem dois grandes grupos coesos em disputa permanente: a elite que defende uma política econômica liberal e quer vender o país, e os representantes dos interesses “nacionais e populares”²⁶ que defendem o protecionismo e a redistribuição de renda.

Os vídeos exibidos nos dois museus foram conscientemente elaborados com o objetivo de ter um impacto emocional subjetivo no visitante, produzindo o que Huyssen (2014) chamou de uma “memória visceral” que dificulta a análise sóbria dos acontecimentos e a reflexão crítica. Esses dispositivos audiovisuais também deslocam o visitante e reforçam a sensação de mistura entre elementos do tempo presente e do tempo passado, construindo, também segundo o mesmo autor,

²⁶ Expressão utilizada desde o Governo de Juan Domingo Perón para caracterizar as posturas políticas de seu movimento.

“analogias históricas simplistas” que desconsideram diferenças relevantes entre os dois contextos. Essa falta de *historicidade* faz com que o passado seja analisado a partir de categorias do presente e resulta em visões anacrônicas como, por exemplo, a atribuição valores como a democracia e os direitos humanos aos movimentos de esquerda da década de 1970. Também pode-se dizer que ela faz com que o presente seja analisado a partir de categorias do passado, como se o mundo ainda pudesse ser compreendido através da divisão entre o neoliberalismo de Margaret Thatcher e o socialismo de Fidel Castro. Outro problema conceitual dessa divisão em preto e branco é o que o kirchnerismo não se enquadra em nenhum dos dois e também não explica como se difere do projeto político defendido por Fidel Castro, que aparece tantas vezes nos vídeos de ambos museus.

No final do Capítulo 2 e ao longo do Capítulo 3 foi trabalhado outro conceito que é fundamental para as análises do Capítulo 4: o esquecimento. No Capítulo 3 foram analisadas duas configurações da memória sobre a ditadura na Argentina: as “memórias do *Nunca Más*” caracterizadas pelo esquecimento dos crimes da guerrilha e das filiações políticas dos *desaparecidos*, e as “memórias de militância” caracterizadas principalmente pela recuperação dessas filiações e pelo estabelecimento de uma continuidade entre o período ditatorial e a redemocratização através da permanência de um mesmo modelo econômico. O Capítulo 4 buscou identificar quais eram os esquecimentos implícitos nas narrativas elaboradas pelas curadorias do *Sitio de Memoria ESMA* e do Museu do Bicentenário. Constatou-se que a identidade política dos *desaparecidos* foi efetivamente recuperada visto que esses já não são mais representados como vítimas passivas e sim como militantes. Os crimes da guerrilha já não são mais um assunto *tabu* e algumas operações dos Montoneros, do ERP e das FAR são retratadas nos museus embora não completamente porque existe uma preocupação das curadorias em justificar a escolha pela luta armada.

Fica evidente a filiação das narrativas kirchneristas sobre a ditadura às “memórias de militância” por causa da ênfase que é depositada nessa noção de continuidade entre 1976 e 2001. Como já colocado na parte final das análises da curadoria do Museu do Bicentenário, esse discurso de continuidade permite representar a eleição de Néstor Kirchner em 2003 como o verdadeiro marco de ruptura em relação à ditadura. Nesse sentido, a redemocratização em 1983, o

Nunca Más em 1984 e o *Juicio a las Juntas* em 1985 podem ser considerados esquecimentos das narrativas elaboradas pelo movimento kirchnerista, não porque deixam de ser mencionados, o que seria inviável, mas porque os seus significados são esvaziados na medida em que se dissolve a conotação de ruptura que esses acontecimentos tiveram, sim, no seu momento histórico.

Essas considerações finais buscaram traçar algumas características gerais das narrativas históricas elaboradas pelo movimento kirchnerista, que conformaram profundamente mas também foram conformadas pela atual configuração da memória e do esquecimento em relação a última ditadura militar na Argentina. Esta configuração seguramente sofrerá alterações significativas com o passar do tempo do recém-iniciado Governo de Mauricio Macri. Uma forte indicação das transformações por vir é que o novo Presidente fechou o Museu do Bicentenário e irá reinaugurá-lo com um nova curadoria que com certeza abarcará uma narrativa diferente, apesar de ainda não ser possível prever quais serão os seus contornos.

6. Referências Bibliográficas

CARNOVALE, Vera. “Memorias, espacio público y Estado: la construcción del Museo de la ESMA”. In: Estudios AHILA de Historia Latinoamericana, n.2, Verveurt, 2006.

Disponível em: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Carnovale%20-%20Museo%20de%20la%20ESMA.pdf>.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Nunca Más*. 8a ed. Buenos Aires: Eudeba, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Marina e LEVIN, Florencia (coord.). *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUGLIEMUCCI, A; CROCCIA, Mariana; MENDIZABAL, María Eugenia. “Patrimonio hostil: reflexiones sobre los proyectos de recuperación de ex centros clandestinos de detención en a Ciudad de Buenos Aires”. In: Atas do primeiro seminário internacional de “políticas de memoria”, Buenos Aires, Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2008.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HILB, Claudia. *Usos del pasado: Qué hacemos hoy con los setenta*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. “Memory Sites in an Expanded Field: The Memory Park in Buenos Aires”. In: *Present Pasts. Urban Palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. *La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2009. (Colección 25 años, 25 libros)

MONTERO, Ana. *Y al final un día volvimos! Los usos de la memoria en el discurso kirchnerista (2003-2007)*. Buenos Aires, Prometeo: 2013.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Les lieux de mémoire*. I La République, Paris, Gallimard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História. v. 10, 1993.

NORA, Pierre. *Historien public*. Paris: Gallimard, 2011.

PASTORIZA, Lila. “ESMA, modelo para armar”. In: Revista Puentes, ano 4, N° 11, pp. 10-16, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: Revista Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989.

RAGGIO, Sandra. “La relación pasado-presente en las propuestas educativas de los “sitios de memoria””. In: AAVV Ciudadanía y memorias. Desarrollo de sitios de conciencia para el aprendizaje en derechos humanos, Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi, Santiago de Chile, 2011.

RAGGIO, Sandra. “La memoria como política. Un recorrido por las iniciativas legislativas en la provincia de Buenos Aires”. In: FERRARI, Marcela y QUIROGA, Nicolás. *Historias políticas de la provincia de Buenos Aires*. Nacional, La Plata Instituto Cultural de la provincia de Buenos Aires, 2011.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SÁBATO, Hilda. “La “teoría de los dos demonios”: interrogantes para una discusión”. In: Schmucler, Héctor. *Política, violencia, memoria*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2009.

SARLO, Beatriz. *La audacia y el cálculo. Kirchner (2003-2010)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Companhia das Letras, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Artéa, 1998.

TRAVERSO, Enzo. “El uso público de la historia”. In: Revista Puentes, n.5, p. 8-15, 2001.

VERBITSKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria. Memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2009.